

COMISSÃO ESPECIAL

Resolução n° 995/2005

SEMINÁRIO REALIZADO EM 29 DE ABRIL DE 2005.

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente da Comissão e Eliomar Coelho, Membro da Comissão.

Às dez horas, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão Especial constituída pela Resolução n° 995/2005, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão, “COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Senhoras e senhores, bom dia a todos. Na condição de Presidente da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor, Decenal, constituída pela Resolução n° 995/2005 e de acordo com o Requerimento n° 274/2005, dou por abertos os trabalhos no dia de hoje e convido o cerimonial para que integre e conduza à Mesa os nossos convidados palestrantes.

(O Cerimonial da Câmara Municipal conduz à Mesa as autoridades que irão constituí-la)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – A Mesa está assim constituída: Dr. Aduino Lúcio Cardoso, professor do IPPUR, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sra. Ana Batista, Coordenadora da Agenda 21 da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro; Sra. Cecília Castro, Coordenadora do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

Presentes, os senhores Vereadores Adilson Soares, relator-geral; Vereadora Aspásia Camargo, relatora; Vereador Eliomar Coelho, também relator.

Hoje, iniciamos o nosso quarto painel, um seminário previsto com o objetivo de discutir o planejamento urbano e o Plano Diretor. Daremos a palavra aos nossos palestrantes para que possam fazer a exposição no prazo de até 30 minutos. Após ouvirmos a todos, abriremos, cederemos a palavra, para os debates. Antes de ceder a palavra aos nossos palestrantes, indago aos senhores Vereadores se algum deles quer fazer uso da palavra. Vereador Eliomar Coelho?

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Bom dia para todos e para todas. Quero saudar todos os membros da Mesa, em

especial os expositores e dizer da importância deste seminário. A Cidade do Rio de Janeiro tem o seu Plano Diretor, Plano Diretor Decenal, que se tornou lei em 1992. E nas disposições transitórias, lá está firmado que anualmente seriam feitas avaliações, no quinto ano seria feita uma revisão, e no décimo ano, aí se teria praticamente um outro trabalho, porque dez anos depois a Cidade está totalmente diferente. Infelizmente não foi feito em 2002, mas nós estamos este ano no início da legislatura, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Ivan Moreira, criou esta Comissão exatamente para trabalhar a revisão do Plano Diretor.

Então, este seminário faz parte das atividades, digamos uma primeira fase, onde através do seminário queremos exatamente colher todas as informações, dados e para fazer parte de um acervo que será utilizado exatamente nos trabalhos de feitura do Plano Diretor, que será entregue à Cidade do Rio de Janeiro. O prazo que nós temos pelo Estatuto da Cidade é outubro de 2006. Ou seja, o trabalho da Comissão tem que ser muito antes finalizado, porque aí tem a tramitação natural aqui na Casa e, depois de votado, aprovado, ainda tem que ir para a sanção do Prefeito.

Nós, no âmbito da Comissão, temos decidido, por conta de entender da importância da participação do Executivo em todas as nossas mesas. Aqui é onde temos a possibilidade de apreender a essência da necessidade da população, da necessidade da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de que tenhamos todas as condições oferecidas para fazer um belíssimo trabalho.

Até hoje os três painéis anteriores foram importantíssimos, as exposições foram realmente uma contribuição muito positiva, temos certeza que este painel de hoje também trará esse mesmo tipo de contribuição. Nós consideramos e temos enfatizado isto: a importância da participação das pessoas nesse processo, quer dizer, o carioca, o cidadão e a cidadã carioca não podem se furtar da sua responsabilidade de estar participando, de forma efetiva e dando a sua contribuição real e concreta do que sente, do que deseja, do que acha que deve ser a Cidade do Rio de Janeiro. Isso para nós tem sido de uma importância enorme. De maneira que estamos mais uma vez aqui e vamos seguir até o final. Com certeza, graças a vocês, teremos sucesso.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Exmo. Vereador Dr. Adilson Soares, quer fazer uso da palavra?

Bem, então, vamos ouvir o nosso primeiro pelestrante, que é o Professor Adauto Lucio Cardoso.

O SR. ADAUTO LUCIO CARDOSO – Bom dia a todos. Eu queria, antes de tudo, agradecer o honroso convite formulado à minha instituição e a mim para estarmos presentes aqui, tentando trazer alguma contribuição para os debates que estão se fazendo nesta Casa.

Não é a primeira vez que estou aqui, participando das audiências públicas, dos seminários, debatendo questões relativas ao Plano Diretor, relativas ao planejamento urbano da cidade, e é com muito prazer que estou de volta aqui, para tentar contribuir um pouco para este debate.

Este convite me fez um pouco voltar no tempo e lembrar que participei um pouco dessa história que estamos discutindo aqui: a história da elaboração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Eu pude acompanhar esse processo naquele momento, em parte, como participante do Sindicato de Arquitetos, junto com o grupo de companheiros que também, naquela época e ainda hoje, militam nessa área da reforma urbana, e depois também como já professor da universidade, acompanhando e podendo inclusive assessorar à Prefeitura, na época, com relação à discussão da aplicação de alguns instrumentos que estavam sendo debatidos então. O principal deles era a outorga onerosa do direito de construir, que enfrentou uma forte reação do mercado imobiliário, dos representantes do setor imobiliário que nos levou a fazer alguns exercícios de simulação para saber qual seria o impacto desse instrumento no mercado, para tentar calibrar a utilização desse instrumento.

Foi um momento muito rico, e eu acho que o Plano Diretor do Rio de Janeiro, naquele ano, aprovado em 1992, e os primeiros seminários foram no final de 1990 e 1991 para começo da discussão. A minha avaliação sobre o Plano do Rio de Janeiro é muito positiva. É positiva no seguinte sentido: em 1995, tivemos a oportunidade de desenvolver uma pesquisa na universidade, coordenada pelo Prof. Luís César Queirós Ribeiro, que avaliava leis orgânicas e planos diretores desenvolvidos nas 50 maiores cidades brasileiras. E analisamos 22 planos diretores, entre projetos de lei e alguns outros já como leis aprovadas. Inclusive, tentando entrar não só no conteúdo, mas um pouco nos processos de elaboração desses planos, o que ficou muito evidente é que desse conjunto de planos que eu estou chamando de 1ª geração de planos diretores, eu acho que, agora, existe outra geração que é a 2ª geração, que é a geração pós-Estatuto da Cidade, nesse conjunto de planos da 1ª geração de planos diretores, dois planos foram estruturantes no debate nacional, o plano do Rio de Janeiro e a proposta, o projeto de lei do Plano Diretor de São Paulo, elaborado na gestão Luiza Erundina e coordenado pela Raquel Rolnick que hoje está no Ministério da Cidade. Esses dois planos eram as referências no debate nacional.

A importância do Plano Diretor do Rio de Janeiro, quanto consolidação do conjunto de propostas que vêm sendo discutidas na cidade, mas que, também, vinham sendo discutidas no plano nacional, durante toda a década de 80, por conta da reforma da Reforma Urbana, foi fundamental. Dentro da Prefeitura do Rio de Janeiro, um conjunto de técnicos vinha discutindo uma re-

formulação das propostas de organização, sistema de planejamento urbano da cidade, tinha culminado esse processo numa proposta de uma Lei de Desenvolvimento Urbano para a Cidade do Rio de Janeiro, na década de 80, e com a aprovação da Constituição de 1988 esse debate muda, e vai sendo canalizada toda essa discussão, todo esse acúmulo técnico de reflexão sobre a cidade, reflexão sobre o planejamento, sobre as necessidades das cidades e vai desembocar na elaboração do Plano Diretor. Então, o Plano Diretor representa combinação desse processo, o processo de acúmulo de debates, discussões com a sociedade e dentro do próprio corpo técnico da Prefeitura.

E o Plano Diretor elaborado aqui durante esse período de 1991, 1992, foi o Plano Diretor bastante participativo tanto no âmbito do Executivo, quando foram criados os grupos de trabalho de acordo com áreas temáticas, foram, também, realizados alguns seminários mais gerais e tanto no campo do Executivo, quanto no campo desta Casa, durante o processo de discussão nesta Casa em que, também, houve um processo muito forte de participação popular; naquela época, a organização do fórum para a discussão do Plano Diretor, o fórum popular de acompanhamento dos debates do Plano Diretor, na Câmara de Vereadores, que teve um papel importante nos debates que se deram dentro desta Casa.

Então, o Plano Diretor tem, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista da incorporação das demandas de setores populares, um plano bastante consistente e a prova disso é o impacto que ele teve na discussão dos planos diretores em outras cidades brasileiras.

Para pensar um pouco em o que eu queria trazer aqui, hoje, para discussão, eu fui remexer nos meus arquivos e descobri algumas coisas da época do debate, que estão no Plano Diretor, nos documentos preliminares, nos diagnósticos elaborados para a realização do Plano Diretor, que me pareceram bastante interessantes e bastante atuais, então, eu queria começar a pontuar a minha fala em cima disso.

Um elemento importante que está aqui no diagnóstico do Plano Diretor, um documento que foi encaminhado como finalização do processo no âmbito do Executivo, coloca uma questão que é central para a Cidade do Rio de Janeiro, que é o deslocamento entre os planos e as leis. Na história do Rio de Janeiro, desde o Plano Agache de 1930, o que acontece é que o plano tem uma lógica, existe o plano, mas a legislação urbanística é feita de forma autônoma em relação ao plano. Então, o diagnóstico, eu vou ler, aqui, que foi produzido nesta época, dizia: “Embora esses planos diretores constituíssem tentativas de ordenamento global da cidade, não foram implementados, com exceção de algumas propostas locais, ou setoriais, podendo-se afirmar que os verdadeiros instrumentos de produção da configura-

ção do território municipal foram os vários decretos e leis, relativos a zoneamento local ou a condições para construções e edificações.”

E essa legislação apresenta um grau de descolamento em relação aos planos bastante grande; isso se evidencia mais com relação à legislação, que é a legislação que até hoje influencia o corpo legislativo, urbanístico da cidade, que foi a Legislação produzida na década de 70. Aí o Decreto 3800 e o Decreto 322, principalmente, como organizadores da área da legislação referente ao zoneamento, ao parcelamento do solo e às edificações.

E essa legislação foi produzida, lembrando, estávamos no período autoritário, sem nenhuma participação popular, são decretos, não foram discutidos nesta Casa. E, curiosamente, em 1976, na mesma época em que se elaborava o Decreto 322, o Regulamento de Zoneamento da Cidade do Rio de Janeiro, se elaborava o Plano Urbanístico Básico da Cidade em duas salas vizinhas, dentro da Secretaria de Urbanismo, mas que não conversavam uma com a outra.

Então, na verdade, o Decreto 322 não segue as diretrizes espaciais para a cidade, colocadas no Plano Urbanístico Básico da Cidade.

Esse descolamento entre o plano e a lei, a Lei Urbanística, o Zoneamento, a partir da Constituição de 1988, ele deveria mudar. Por quê? Porque a Constituição de 1988 estabelece uma mudança na forma como se institucionaliza a Legislação Urbanística. Até, então, o plano era um documento técnico de planejamento que podia ou não se concluir com uma legislação. E a legislação podia ser feita independentemente de se ter um plano.

Na Constituição de 1988, o Plano Diretor está estabelecido como instrumento para ordenamento das funções sociais da cidade, como instrumento que determina as diretrizes de desenvolvimento urbano da cidade, instituído como lei; portanto, a legislação não poderia... O plano deixa de ser um documento técnico de Planejamento e passa a ser um documento legal. O plano é uma lei, ele não é mais um plano técnico que vai ficar, como era o Plano Agache, como foi o Plano Doxiadis, que são planos que ficam como documentos técnicos, que podem ou não servir de orientação para a ação dos governos. No caso do Plano Diretor, isso muda, porque ele vira lei.

A consciência desse descolamento entre a lei e o plano, no caso do Plano Diretor do Rio de Janeiro, pela avaliação da própria equipe técnica da Prefeitura, levou a uma proposição. Antes de se chegar na proposição, é preciso ressaltar qual a importância do plano, por que a lei tem que seguir o plano. O plano vai, primeiro, fornecer uma visão global de cidade; a lei tende a trabalhar pontualmente. No caso do Rio de Janeiro, tem-se sucessivas alterações pontuais da lei e, inclusive, os PEUs, que já eram elaborados na década de 80 e sem uma visão global de cidade,

uma proposta global, um diagnóstico global de cidade, que orientasse esses PEUs. Isso significa que se chegou a situações em que o adensamento da cidade se dava sem levar em consideração questões ambientais gravíssimas que a cidade apresenta, questões de disponibilidade de infra-estrutura, a cidade não tinha, até a realização do Plano Diretor na década de 90, um diagnóstico global da sua infra-estrutura, que apontasse disponibilidades da infra-estrutura, que apontasse as possibilidades de adensamento e de definição do uso do solo a partir do sistema de transportes existente. Então, a cidade se adensava em áreas que não dispunham de dimensionamento do viário e de sistemas de transportes adequados para esse adensamento, gerando fluxos que revertiam em processos de dificultar e problematizar cada vez mais a cidade.

Então, uma das conquistas do planejamento no campo das grandes cidades mundiais é exatamente essa possibilidade de poder, a partir de diagnósticos globais, articular o uso e ocupação do solo com essas disponibilidades e recursos de infraestrutura e com as condições ambientais da cidade. No caso do Rio de Janeiro, a gente sabe que as condições ambientais têm problemas gravíssimos. Isso está no diagnóstico do Plano Diretor, já estava lá. Problemas gravíssimos de enchente, problemas gravíssimos de deslizamento de encostas, problemas de áreas de preservação continuamente invadidas, desmatadas, problemas com relação aos nossos recursos hídricos, problemas não faltam. A Baía de Guanabara está aí, continuando a ser poluída e com diagnóstico de morte iminente. E sem que essas grandes questões tenham sido consideradas na hora de definir para onde a cidade vai crescer e como a cidade vai crescer. Então, a importância dessa relação entre a lei e o plano é fundamental, o Plano Diretor do Rio de Janeiro realizou, por exemplo, um estudo do uso de solo e transporte, em que se faziam algumas simulações em relação ao sistema de transporte existente e as possibilidades de adensamento das várias áreas da cidade, inclusive incluindo cenários de investimentos possíveis ou não. Isso nunca mais foi feito, isso nunca mais foi atualizado na cidade. Esses diagnósticos, esse acúmulo de reflexão sobre a cidade que se fez nesse momento não foi atualizado e se perdeu no tempo. Ele hoje está defasado. Alguns dos diagnósticos feitos nessa época estão defasados porque a cidade cresceu, se desenvolveu, coisas aconteceram, precisam ser atualizados. Mas se você olhar as grandes conclusões desse diagnóstico e não os números, vai ver que as questões continuam, em larga medida, atuais.

O Plano Diretor propôs, a equipe técnica quando elaborou esse documento propôs uma coisa muito interessante, dizia que o Plano Diretor seria em duas etapas: a primeira etapa do Plano Diretor é a que estava se concluindo nesse momento, com encaminhamento do projeto de lei do Plano Diretor Decenal à Câma-

ra Municipal. Isso incluía o conjunto de grandes diretrizes, diretrizes espaciais para a cidade, diretrizes para as políticas urbanas, criação dos novos instrumentos de política urbana propostos pela Constituição, instrumentos de gestão democrática da cidade que também estavam contemplados no plano. Então, o plano definia o que podia ser definido naquele momento, considerando que aquele plano era uma etapa de um processo de planejamento permanente para a cidade. Havia, necessariamente, uma segunda etapa que envolveria toda a legislação complementar, envolvendo a lei de uso do solo, um novo regulamento de parcelamento e os PEUs. E aí os PEUs seriam o detalhamento em nível local das macrodiretrizes propostas no Plano Diretor e das diretrizes e dos procedimentos estabelecidos na legislação de uso do solo, no regulamento do zoneamento e de parcelamento. Com isso, se pretendia superar definitivamente a legislação que então existia e principalmente o famigerado Decreto 322. Há uma brincadeira, que eu já falei, inclusive, aqui nesta Casa, num outro momento, que é chamado de “Elvis”, porque “Elvis não morreu”. O Decreto 322 nunca morre. Por mais que se faça novas leis, o Decreto 322 continua até hoje a ser um dos referenciais para aprovação de projetos na Cidade do Rio de Janeiro. É um decreto de 1976, tem 30 anos, foi feito no período da Ditadura Militar. Ele é um decreto, não é uma lei discutida nesta Casa e continua a ter vigor na Cidade do Rio de Janeiro apesar do Plano Diretor. E por quê? Porque a segunda etapa que estava proposta aqui, não foi cumprida. Não houve. Não foi feita a legislação do uso do solo. Não foi feito o regulamento de parcelamento. Os PEUs foram sendo feitos tão pouco a pouco, que hoje eu me assusto, por exemplo, com a discussão do PEU Vargens, uma área que tem problemas ambientais gravíssimos, uma área de fragilidade ambiental. Eu me preocupo com a discussão do PEU Vargens. Já que todo esse procedimento não foi cumprido e, hoje, o diagnóstico do Plano Diretor não é o mesmo, já tinha que ser revisto e as macrodiretrizes para a cidade tinham que ser revistas. Discutir PEUs hoje, eu diria, é assustador. Porque está se discutindo um planejamento local sem uma visão global, sem um diagnóstico global de cidade. E sem um plano que seja levado às suas conseqüências e seja executado. O Plano Diretor não foi implementado no Rio de Janeiro. Porque ele dependia dessas etapas complementares. Então, gera-se um processo no Rio de Janeiro que me parece extremamente perverso. A legislação complementar não é feita, o tempo foi passando, o plano foi ficando desatualizado, os diagnósticos desatualizados. Aí, agora, como os diagnósticos são desatualizados e os planos são desatualizados em nome da ditadura da urgência, das emergências, de que a cidade não pode parar, continuam a se fazer alterações pontuais de legislação, planos pontuais para a cidade, sem que a cidade, no seu conjunto seja pensada, sem que a cidade, no seu conjunto seja planejada.

Qualquer técnico de planejamento, de qualquer cidade do mundo, que venha ao Rio de Janeiro e veja a nossa situação, fica aterrorizado com o descaso com relação ao planejamento, com relação à regulação do uso do solo e aos mecanismos institucionais para que esse planejamento seja efetivo. Um exemplo disso é a questão metropolitana. Quando a gente discute com colegas de outros países, eles dizem: mas como vocês não têm órgãos de gestão metropolitana? Em todos os lugares do mundo existem órgãos de gestão metropolitana. E no Brasil não existe. Não existe nem alternativa para que isso se constitua. No Rio de Janeiro, isso não está nem na agenda dos nossos prefeitos. Está na agenda de alguns prefeitos da Baixada pela situação desfavorável em que elas estão colocadas. Não está na agenda do nosso Prefeito. Esse tema na campanha do ano passado foi debatido marginalmente. No entanto, ele é central. A Cidade do Rio de Janeiro não é o Município do Rio de Janeiro. A cidade continua quando a gente passa a fronteira de São João de Meriti, quando a gente passa a fronteira de Caxias, quando a gente passa a fronteira de Nova Iguaçu. A cidade é a mesma, a cidade não muda. A gente nem vê a fronteira. A fronteira não existe. A interdependência funcional entre esses municípios e a Cidade do Rio de Janeiro é enorme. As pessoas produzem a riqueza aqui, produzem impostos que são coletados aqui, e moram na Baixada, também utilizam-se dos serviços daqui. É verdade, e tem que ser assim. Numa região metropolitana, não dá para imaginar que o sistema de saúde vai ser de cada município. E cada município vai ter todos os seus serviços. Não é assim que funciona em lugar nenhum do mundo. E para isso tem que ter um sistema de gestão metropolitano, que nós não temos. Discutir o Plano Diretor sem discutir o Plano Metropolitano, é correr o risco de ficar mais uma vez com planos que vão ter um alto grau de ineficácia. Porque existem dinâmicas que acontecem no âmbito metropolitano e se não houver coordenação entre essas dinâmicas, os efeitos sobre a Cidade do Rio de Janeiro serão enormes. A população não vê a fronteira, ela pode sair de São João e vir para o Rio de Janeiro e se localizar ali e usar o serviço daí, então não tem como pensar dessa forma. Essa atualização que está colocada hoje, a meu ver, na ordem do dia, é fundamental que seja feita pensando e levando em conta a questão metropolitana. Mas, eu queria voltar à questão do plano e da lei porque, no caso do Rio de Janeiro, eu acho que mais do que qualquer outra cidade, embora isso seja uma tendência nacional e até latino-americana, existe uma ineficácia enorme da lei urbanística, uma parte significativa da cidade, 50%, 40% ninguém sabe, até porque é informal, mas é feita construída à margem da legislação urbanística vigente. E a inadequação dessa legislação é evidente às necessidades da população; mas o que me preocupa mais do que isso é a perda de legitimidade da lei. A população não reconhece a legi-

timidade da lei, a população não reconhece a necessidade da lei como uma forma de organizar a cidade, organizar o espaço público e colocar o interesse público à frente de interesses privatistas, de interesses privados, de interesses particulares. É o interesse particular que tende a prevalecer em detrimento do interesse público, em detrimento do espaço público e a legislação urbanística vem exatamente para colocar o contrário, para dizer: não o interesse público na Casa, o da cidade precisa ser priorizado, se não a cidade é o caos, a cidade se perde, a cidade se desorganiza e todos perdem.

No Rio de Janeiro, infelizmente, pelo quadro de desorganização da legislação urbanística, os próprios técnicos que aplicam a lei e não sabem muito bem para que aquela lei serve, para que ela foi feita, aplicam a lei sabendo que a população não vai seguir e a população não sabe também para que lei serve, eventualmente, sabem que tem uma lei que tem que cumprir, mas a maioria das pessoas nem sabe que tem uma lei que tem que cumprir, mas a maioria das pessoas nem sabe que existe uma lei que diz o que pode e o que não pode ser feito. Acho que o impacto disso é uma coisa que tem que ser refletida. Conversando com colegas de outras cidades brasileiras, me parece que isso é mais grave no Rio de Janeiro, embora aconteça, porque a cidade informal existe em todas as cidades brasileiras, mas me parece que isso no caso do Rio de Janeiro é mais grave e é mais grave na medida em que a lei é opaca para o cidadão. A lei é opaca para qualquer um. Você pode ser um técnico especialista, entrar na legislação urbanística do Rio de Janeiro e saber o que pode ser feito em qualquer lugar, é coisa muito difícil. O volume de leis e decretos que vão se acumulando, transformando o uso das áreas da cidade, é uma coisa caótica, não tem acesso fácil e gera dificuldades que podem gerar vendas de facilidades e a gente sabe que sempre que isso acontece existem as possibilidades de alguém lucrar com isso; então, os especialistas na lei acabam ganhando um espaço muito maior do que deveriam ter porque a lei necessariamente teria que ser pública, legível, teria que ser. Isso é uma tarefa para o novo Plano Diretor no sentido de não ficar só nas diretrizes, não ficar só no mapa e diagnóstico, que é fundamental, que precisa ser refeito, mas de chegar à revisão, completa a legislação, à simplificação da legislação urbanística, à divulgação da importância da legislação urbanística. Tinha que ter campanha de legislação urbanística. Tem uma iniciativa de um colega técnico da Prefeitura, na discussão sobre educação urbana, que me parece fundamental, que é um tema que tinha que ser debatido e aprofundado. As pessoas precisam aprender porque a legislação é importante, porque isso não é evidente para as pessoas e principalmente numa sociedade em que cada vez mais os interesses privados se sobrepõem ao interesse público e cada vez mais à República, os ideais republicanos, a Repú-

blica enquanto forma de respeito às instituições e às diretrizes institucionais do estado brasileiro, são desrespeitados pelos próprios governantes. Infelizmente, a disputa política chegou num nível de acerramento tão grande, que a própria República está se esvaindo.

Então, resgatando-se o próprio diagnóstico colocado pelo Plano Diretor em 1990, há essa recuperação da possibilidade de uma articulação mais estreita entre o Plano e a Lei, coisa que nunca aconteceu no Rio de Janeiro e que precisa acontecer. O caos urbano está aí para a gente enfrentar.

Encerrando, com relação ao Plano Diretor, há necessidade de complementação do diagnóstico da cidade com relação à aplicação dos novos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade. Essa é uma mudança significativa, esses instrumentos não estavam regulamentados na época do Plano Diretor e é preciso avaliar onde e como serão usados esses instrumentos e acho que o que não deve ser feito é, mais uma vez, colocar os instrumentos no Plano sem uma definição precisa de como eles podem ser aplicados, senão mais uma vez isso ficará na norma, mas não na prática porque, encaminhado à regulamentação posterior, como aconteceu no caso do Plano Diretor, todos os instrumentos que estavam previstos no Plano Diretor já tinham definições para serem auto-aplicáveis. Elas não foram encaminhadas à Câmara para facilitar a aprovação do Plano naquele mandato e no final do mandato foram encaminhados pelo Executivo à Câmara e foram retirados pelo Prefeito Cesar Maia no início de 1993 e nunca mais retornaram a esta Casa.

Então, a regulamentação dos instrumentos não foi feita, embora estivesse pronta. Eu achei aqui até uma coisa curiosa, uma tabelinha que foi feita pelo Nando Cavalieri naquela época, que era a famosa tabelinha para aplicação da outorga onerosa do direito de construir com o tal do fator “F”, que aparece na lei e que ninguém sabia o que era, mas a tabela estava pronta, era um instrumento para adequar a aplicação da outorga onerosa no tempo em relação ao impacto sobre o mercado imobiliário e isso não foi feito, foi retirado e continua sem ser feito até hoje.

Se acontecer isso de novo, mais uma vez ficaremos com uma lei que fica na letra e não na execução. Então, isso é importante, mas não pode ser feita também sem um diagnóstico preciso: onde e como vão ser aplicados esses instrumentos?

Então, com relação ao diagnóstico, eu diria que preciso de uma atualização dos dados e de pensar as novas questões. A questão metropolitana precisa ser considerada, as relações com os municípios metropolitanos precisam ser consideradas e acho que se precisa, aproveitando aqui a presença das colegas na Mesa, se pensar a integração com os outros instrumentos de planejamento da cidade, principalmente com a Agenda 21, com os diagnósticos ambientais, com os planos setoriais que já existem.

Isto é fundamental ser feito, para que o Plano Diretor possa ser esse mecanismo de articulação de todas essas intervenções sobre a cidade.

Bem, agradeço a todos pela atenção.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Nós é que agradecemos pela sua brilhante explanação.

Quero registrar a presença, já integrando a Mesa, do Exmo. Sr. Secretário Municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis; Exmos. Srs. Vereadores Edson Santos e Wanderley Mariz.

Vamos ouvir agora a Dra. Cecília. O Secretário Municipal de Urbanismo pede que a palavra lhe seja cedida. Ele terá, então, trinta minutos para fazer a sua exposição.

O SR. SECRETÁRIO ALFREDO HÉLIO SIRKIS – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês e ver que existe uma bela mobilização na discussão do nosso Plano Diretor.

Gostaria de dizer que estou aqui na condição de “penetra”. Se Vocês examinaram o prospecto do Plano Diretor verão que o Secretário de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro não foi convidado para este seminário. O que é uma circunstância curiosa e foi objeto de críticas que chegaram ao meu conhecimento. Falei que realmente não havia sentido ser criticado pelo fato de não estar num local para o qual não fui convidado.

De qualquer jeito, acho que essas formalidades são meras formalidades. E sinto necessidade de ter um primeiro contato com este coletivo que está discutindo a questão do Plano Diretor, informá-los a respeito de como o Poder Executivo pretende participar desse processo nessa fase, discutir um pouco o que aconteceu na fase anterior e tentar corrigir em comum acordo determinados dados, na minha opinião equivocadamente, no período anterior, que precedeu esse momento em que se começa a discutir com seriedade o Plano Diretor.

Fiz isso no intervalo entre duas atividades, não vou poder, infelizmente, permanecer com vocês nessa ocasião. Mas, estou absolutamente disponível, desde que marcado com alguns dias de antecedência, a regressar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro ou a qualquer outro lugar na nossa Cidade para estar com tantas pessoas e por quanto tempo for necessário.

Vou ser extremamente prático para realmente discutir as questões de elaboração concreta do processo político, no bom sentido da palavra, do Plano Diretor. Vou colocar, claramente, os problemas que vejo nesse processo, como pretendemos agir e falar das eventuais soluções que, juntos poderemos alcançar.

Em primeiro lugar, considero há mais de três anos que o processo de discussão e elaboração do novo Plano Diretor está, co-

mo se diz coloquialmente, “muito mal parado”. No âmbito do Poder Executivo é um processo confuso e conflituoso, que também se relaciona com a situação da legislatura anterior, uma legislatura pouco profícua, que realmente não foi votado. Falou-se aqui sobre os PEUs, mas na verdade havia diversos PEUs a serem votados desde o ano 2000. Só ao apagar das luzes os primeiros três conseguiram ser votados. Por outro lado, havia uma série de conflitos. Num certo momento, para alguns, no âmbito do Poder Executivo, a grande preocupação se tornou pura e simplesmente enviar para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro um texto a tempo de um prazo fatal, a partir do qual poderia haver um processo por responsabilidade do Poder Executivo.

Então, delegou-se a tarefa de elaborar um documento base para a Procuradoria Geral do Município, foi formado um grupo presidido, sob a responsabilidade, sob a égide da Procuradoria Geral do Município. A Secretaria de Urbanismo, por incrível que pareça, praticamente foi alijada do processo. Achei aquilo tão extraordinário que não levei a sério, e falei: “Não é possível que isso vá realmente prosperar. Vou ficar quieto no meu canto, elaborando as nossas sugestões iniciais, esperando o momento em que a Secretaria de Urbanismo será acionada e vamos assumir nosso protagonismo natural”. Isso realmente não ocorreu. Nas últimas 48 horas, quando nós percebemos que o tal texto iria ser mesmo mandado para Câmara Municipal, elaboramos algumas dezenas de emendas, que acabaram sequer incorporadas a esse texto.

Eu tenho dito claramente no âmbito do Poder Executivo e todos aqui, que acompanham a trajetória da cidade, sabem da minha independência e que eu sou realmente até um “sincericida” – digo realmente o que penso, independente de outras injunções –, que eu realmente não me identificava com o texto que tinha sido mandado à Câmara Municipal, o achava fraco, do ponto de vista técnico e não representativo, do ponto de vista político – falo sempre da política no sentido mais elevado do termo –, porque não passou por um processo de discussão nem com os técnicos da Prefeitura, quiçá com a sociedade civil, que tem que ser obrigatoriamente uma protagonista no processo de elaboração do Plano Diretor, senão ele fica capenga evidentemente, até tecnicamente capenga; não apenas politicamente capenga.

Então, essa tem sido invariavelmente a posição da Secretaria Municipal de Urbanismo e que em tudo, inclusive, apoio também, não com a mesma estridência, de algumas outras secretarias, que também têm uma série de questões importantes a serem definidas no Plano Diretor.

Quando começou esse processo, foi eleita a nova legislatura, o perfil dessa nova legislatura ainda está por ser definido na História. Mas uma coisa é certa: ela é profícua, ela vota, ela tem produtividade. Realmente, conseguiu-se chegar na Câmara Municipi-

pal, nos últimos tempos, a um ritmo de produção legislativa como há muito tempo não se via. Eu digo isso porque fui Vereador durante três mandatos e sei das várias fases que esta Câmara Municipal atravessou. Então, realmente eu me congratulo. Mas e aí? Vai-se votar em cima de que texto base? Deste que está aí?

Tive uma reunião com o Prefeito três semanas atrás, em que eu coloquei claramente a questão. Eu falei: “Cesar, aquele texto que está lá é um texto que foi mandado, na verdade, sob a égide da PGM simplesmente para constar; dizia-se que depois se ganharia tempo para fazer um substitutivo que passasse por aquele processo. O depois é agora, entende? Então, realmente, a Secretaria de Urbanismo coloca para o Exmo. Sr. Prefeito a necessidade de se rearticular esse processo”. E essa rearticulação não pode ser feita, na nossa opinião, por um substitutivo elaborado sob a égide exclusivamente da Câmara Municipal por várias razões, inclusive pela falta de suporte técnico, o mínimo de suporte técnico que é necessário.

Então, o que eu propus? Eu propus que se formasse um grupo de trabalho do Poder Executivo, com as várias secretarias afeitas a questões do Plano Diretor – são várias, não são todas, mas são diversas -, que a Secretaria de Urbanismo que já iniciou uma série de trabalhos e que tem uma base técnica nesse sentido, elaborasse um documento base; esse documento fosse submetido a um processo de discussão popular e que, no prazo de seis meses ele estivesse pronto; que a Câmara Municipal e a comissão formada para acompanhar os trabalhos do Plano Diretor, desde o início, estivessem associados a esse processo, participando já no âmbito do Poder Executivo, o que facilitará muito a sua vida quando se iniciar o processo de tramitação legislativa propriamente dito.

O Prefeito foi sensível a isso, admitiu a hipótese desse substitutivo ser preparado, não quis formalmente tirar o projeto de lei que está aqui na Câmara, preocupado com aspectos de natureza legal. Mas, de certa forma, ele deu finalmente, depois de tanto tempo, uma luz verde para que a gente pudesse tentar infletir esse processo por uma direção mais feliz.

Então, o que eu basicamente venho aqui conversar com vocês, nessa primeira conversa, certamente haverão outras, como que podemos agir. Em primeiro lugar eu queria colocar, com toda a franqueza, dificuldades, e a primeira dificuldade é que a gente vive nesta cidade a desgraça de uma eleição presidencial precipitada. No ordenamento político brasileiro, nós temos o fenômeno de eleições de dois em dois anos, Municipais e Nacionais. As campanhas são muito longas, hoje as questões das desincompatibilizações, domicílio eleitoral e da filiação partidária, são prazos delatados e praticamente a gente pode dizer que temos um ano de campanha e um ano, talvez até menos, nove meses sem campanha. Como é um sistema pluripartidário ou multipartidário, e como enorme parcela do serviço público é preenchido pe-

los chamados de cargos comissionados, de nomeação política e não como em outros países, existe um corpo extremamente estável de serviço público, onde apenas aquela cúpula mais restrita é substituída ao sabor dos resultados eleitorais, o que acontece é que os anos eleitorais é que se caracterizam como uma briga feroz, briga de foice, de todos contra todos num sistema multipartidário. Mas na história do Brasil vinha se consagrando que os anos ímpares, eram anos que se tentava fazer alguma coisa que possibilitasse trabalhar com certos consensos entre forças que no ano seguinte estariam se digladiando com vista à próxima eleição. Então, tínhamos aqueles que no serviço público acreditam que é necessário se colocar entre parênteses questões de natureza partidária e confronto de natureza eleitoreira para tentar buscar soluções que dependam das várias partes, tínhamos, pelo menos, um ano, nove meses para trabalhar com o mínimo de tranqüilidade. O que aconteceu esse ano foi a pulverização desse processo, praticamente divulgado, o resultado das eleições municipais do ano passado, entramos de cabeça nas eleições presidenciais e outras do ano que vem, numa das campanhas mais longa do Brasil. Não vou aqui dizer que é responsabilidade de a,b ou c, mas acho que as responsabilidades estão bastante compartilhadas, com toda a franqueza. O que realmente é certo, é que esse processo é extremamente negativo sobre tudo para a Cidade do Rio de Janeiro porque a gente vive aqui uma tripolarização do governo Federal, governo do Estado e a Prefeitura, cada um controlado por alianças políticas diferentes e o digladiar do vértice desse triângulo, realmente cria uma situação terrivelmente prejudicial à cidade. Tem bons interlocutores no Governo Federal, tem bons interlocutores, inclusive no governo do Estado em determinado escalão, e a gente se reúne e fica horrorizado com as dificuldades que se criou e como isso é prejudicial à vida de nossa Cidade, ao dia-a-dia, aos problemas que têm que ser encaminhados, em comum; isso é uma verdadeira tragédia que está acontecendo. Agora, o que isso tem haver com o Plano Diretor? Tem haver porque o Plano Diretor, como falei, evidentemente é um processo de natureza política. Mas, não é um processo de natureza política partidária nem um processo de natureza eleitoral, e muito menos, eleitoreira. É um processo evidentemente, de uma pluralidade gigantesca, um mosaico de opiniões que acompanha a cidade e tenta democraticamente chegar aos determinados consensos e se programar, enquanto cidade, para os dez próximos anos. Pode-se supor que é um Plano Diretor Decenal, assim como os outros. Então a minha primeira questão é: não nos deixamos contaminar por esse clima deletério de eleições antecipadas que se criou neste País, e muito particularmente, neste Estado e nesta Cidade, porque isso é a fórmula para a gente não chegar a canto nenhum, não conseguir superar as dificuldades, os problemas que o atual Plano Diretor tem, não conseguir me-

xer no cipoal, prolixo e anacrônico que é a legislação edilícia desta Cidade. Vamos perder um enorme tempo, fazendo comício eleitoral para os convencidos, porque eu acho que, “num coletivo extremamente consciente e politizado como é do Plano Diretor, há poucos votos a serem conseguidos. As pessoas, todo mundo já mais ou menos tem a sua opinião. No entanto, há muito a ser construído em conjunto, em termos de institucionalidade, pois a institucionalidade democrática não depende de uma ou outra facção. A institucionalidade democrática depende de consensos cívicos e patrióticos que sejam alcançados por forças diferentes, por forças políticas diferentes. Meu primeiro apelo é nesse sentido, que eu sei até que ponto isso é prejudicial.

Em segundo lugar, como é que a gente vai tentar proceder? Coloca-se diante da gente a seguinte questão, o seguinte dilema. Vamos tentar fazer um Plano Diretor bastante diferente na sua estrutura e na sua formulação em relação ao anterior? Ou vamos simplesmente pegar como base anterior, eventualmente colocá-lo dentro de uma estrutura mais lógica, pois ele tem uma série de coisas, inclusive em termos de texto, que são bastante confusas, e tentar aplicar sobre ele o Estatuto das Cidades, adaptá-lo ao Estatuto das Cidades e, evidentemente, fazer uma discussão sobre tudo? De um lado, uma discussão regionalizada, de outro lado temática, que atualize as metas e direções do Plano Diretor.

Isso é um dilema, pois o primeiro processo pressupõe um trabalho mais longo e mais minucioso. Nós temos, inclusive, uma proposta, que foi elaborada dentro da Secretaria de Urbanismo, por técnicos, que até muda o nome. Passa a ser Plano Diretor do Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro. Isso é uma questão que vai ser vista.

Nós, no âmbito do Poder Executivo e com o convite ao Legislativo e à população para participar desde o início do processo, como é que a gente gostaria de agir? Existe o grupo de trabalho que foi formado pelo decreto do Prefeito com as várias Secretarias. Por outro lado, existe finalmente, e será inaugurado e lançado de forma solene no Palácio da Cidade na segunda quinzena do mês de maio, o Compur – Conselho Municipal de Política Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, que também será um protagonista importante no processo de elaboração do Plano Diretor.

Então, na verdade, o que a gente vai tentar fazer? A gente vai tentar fazer é, primeiro, tecnicamente, elaborar um texto-base, no âmbito da Secretaria de Urbanismo. Discutir esse texto no grupo de trabalho e no Compur e começar a fazer uma primeira rodada de discussão com as comunidades, em dois níveis – no nível regional e no nível temático. No nível regional, procurar, por áreas de planejamento e até por conjuntos de bairros, num agrupamento bem menor do que as áreas de planejamento, fazer, em primeiro lugar, um balanço daquilo que eram as diretrizes do

Plano Diretor anterior. E o que aconteceu com elas, o que funcionou, o que não funcionou, por que funcionou, por que não funcionou? Quais as novas diretrizes – na Zona Oeste, quais as novas diretrizes para Bangu, Campo Grande, para Santa Cruz? Então, seria um processo de discussão regionalizado.

Depois teremos um outro processo de discussão em cima de questões temáticas – transporte, habitação, cidade informal, etc. A partir do conjunto das contribuições que surgirão fatalmente desse processo, se chegaria a um texto-base, que passaria novamente tanto pelo Compur como pelo grupo de trabalho das Secretarias. E, nesse momento, estaríamos em condições – se Deus quiser, isso pode ser feito em seis meses – de apresentar um substitutivo ao texto que hoje tramita na Câmara Municipal – que eu, pessoalmente, já coloquei, penso que é inadequado. E, nesse momento, se dá o início do processo legislativo de votação desse projeto.

Então, é basicamente isso. Agora, por que aquela minha observação de início? Porque claro que isso é um processo exaustivo. Se a gente for transformar cada uma daquelas reuniões num fórum político de recriminações, discussões, polarizações, Governo Federal... porque agora todo mundo é governo, então pedra e vidraça tem para todo lado: então, porque o Governo Federal fez isso... Ah, não, mas o Governo Estadual fez aquilo. Ah, não, mas a Prefeitura... Aí não vai sair do lugar, evidentemente. Então, eu acho que a gente realmente tem que fazer um exercício de respirar fundo, nadar contra a corrente, tentar realmente inverter esse processo eleitoral precipitado que a cidade está vivendo, para poder realmente chegar a bom termo. Porque, se não, isso aí vai ser um processo altamente paralisante e altamente desgastante, cansativo, e a produtividade será realmente reduzida.

Eu gostaria de experimentar ao longo desse processo, pelo menos em relação a algumas questões pontuais importantes, também outras formas de discussão, de tomada de decisão, como uma que nós fizemos há pouco tempo num seminário da Lagoa Rodrigo de Freitas, com o apoio da London School of Economics e com programas de computador, que facilitam o processo de discussão e tomadas de decisão em relação a situações complexas. Mas isso terá um caráter experimental. A gente vai tentar aplicar em relação a algumas situações específicas, para ver realmente como funciona, mas eu tenho certeza que esse processo – eu não vou entrar em detalhes, a gente pode ver isso depois – pode ser bastante proveitoso ao longo da discussão do Plano Diretor.

Então, é basicamente isso. A gente tem uma janela de oportunidade de tentar infletir um processo que começou de uma maneira não muito feliz, pelo menos muito confusa, e realmente com o trabalho, com o espírito democrático, com tranquilidade,

vamos chegar a um Plano Diretor que seja realmente um progresso em relação ao existente. O existente representou, no seu momento, uma conquista. Não sou daqueles que jogam pedras em cima do atual Plano Diretor. Inclusive, tenho críticas a ele; acho, por um lado, em algumas coisas muito genérico, por outro lado em muitas coisas muito prolixo. A questão que foi dita aqui, por exemplo, de tudo o que ele deixou para ser complementado em legislação ordinária, nos remete ao seguinte dilema: uma das questões no Brasil é que as nossas leis são incrivelmente prolixas. Existe uma tendência de achar que é só botar na lei que o problema fica resolvido, de que botar direitos na lei assegura esses direitos, pura e simplesmente. Então, isso faz com que se coloquem processos fora da realidade e que acabam não sendo cumpridos, além de desmoralizar; e a idéia do respeito à lei é desmoralizar.

Por um lado, temos esse problema. O que aconteceu no caso do Plano Diretor foi que, em algumas coisas, avançou em demasia na prolixidade, assumiu - digamos - a vez da legislação ordinária, desceu a minúcias que realmente cabem à legislação ordinária; por outro lado, deixou uma grande gama de questões a serem regulamentadas por legislação complementar, mas que não foram. Acho que aí também a culpa é compartilhada: houve falhas no âmbito do Executivo, em várias administrações, mas houve, sem dúvida nenhuma, grandes problemas com pelo menos, uma legislatura, se não duas, onde simplesmente mesmo tudo aquilo que havia sido mandado, como os preços, simplesmente não mandou. Então, essa é uma questão realmente relevante.

Eu tendo a achar que o Plano Diretor é Plano Diretor mesmo. E que não se deve tecer minúcias, no Plano Diretor, da legislação ordinária. Plano Diretor deve abrir um arcabouço que simplifique a elaboração da legislação ordinária, que a torne menos complexa. Vemos, por exemplo, nos casos dos PEUs, que tem de haver uma simplificação do seu processo de elaboração, sem perda de substância e, sobretudo, sem perda do seu aspecto participativo.

O que eu observo - eu viajo bastante - em outros países sobre legislação edilícia, países que têm instituições um pouco mais amadurecidas do que as nossas, é que, na verdade, mesmo a legislação urbanística edilícia da cidade não vai a minúcias, muitas vezes sequer define parâmetros detalhados. Ela dá uma orientação genérica e os casos são discutidos num processo participativo. Isso é, sobretudo, importante quando falamos na questão dos usos. Uma das coisas mais complicadas que temos para gerir aqui é a questão de usos, porque a cidade é um ser vivo. Por mais que algumas pessoas acreditem no planejamento minucioso à maneira do velho Gosplan e dos Planos Quinquenais da União Soviética, o fato é que o planejamento tem que ser geral, tem que mos-

trar as grandes direções, mas a cidade é um ser vivo. A cidade se desenvolve, a vida muitas vezes nos surpreende; há processos econômicos, sociais e culturais em curso que acontecem, que não são planejados pelo legislador, não podem ser balizados por lei.

E a questão dos usos é uma questão extremamente dinâmica. Então, o que temos? Temos, na cidade, áreas que no passado foram pujantes áreas industriais e que hoje são galpões vazios, caindo aos pedaços, semifavelizados; no entanto, ali ainda vige uma legislação extremamente restritiva ao uso residencial, consagrando um uso industrial que já não existe mais há muito tempo. Foi essa a nossa discussão na época do PEU de São Cristóvão; foi um processo tremendamente demorado, mas felizmente conduzido a bom termo.

Depois, a situação de toda aquela área, próxima à Avenida Brasil, dos subúrbios antigamente ditos da Leopoldina, perto do Complexo do Alemão, onde existe um processo de favelização do tecido urbano formal, antigos bairros tradicionais de residência, próximos de áreas industriais, ambos sendo favelizados. Eu me lembro do meu pai que, durante muito tempo, trabalhou na Borgauto. Hoje, a Borgauto foi completamente favelizada, e isso tem muito a ver com a gestão de usos rígidos na legislação, que a gente, muitas vezes, consegue dar um jeito, até assumindo certos riscos. Consegue, mas tem que haver uma forma institucional e flexível de se lidar com isso. Eu acho que a questão dos usos não pode ser votada por lei, mas, por outro lado, ela tem que passar por um crivo muito severo e próximo da comunidade local.

Uma das coisas em relação aos usos, também, em que a nossa legislação é problemática é a seguinte: os usos são estabelecidos da seguinte maneira: pode isso ou não pode. Não é uma discussão do como pode. Eu gosto de dar, sempre, um exemplo. Numa rua residencial de classe média, você monta um restaurante. O restaurante é bom, as pessoas têm aonde ir, aumenta a sociabilidade da rua, realmente, é um exemplo feliz. Agora, se surgirem cinco restaurantes, já vai ser um estorvo porque vai ter um monte de manobristas, carros estacionados, barulho, muvuca. A vida dos moradores se transforma num inferno. Como dosar? A legislação não contém nenhum mecanismo de dosagem – ou pode ou não pode -, como dosar? Encontra-se aqui, na Câmara Municipal, desde a legislatura anterior, um projeto de lei que regulamenta uma figura disposta no Estatuto da Cidade, que é o relatório de impacto de vizinhança, o estudo de impacto de vizinhança. É um processo mediante o qual as questões desse tipo - um certo leque de questões onde a lei poderia facultar uma margem de discussão, de conservação – começam a ser definidas através de um processo participativo com a população do bairro. Nós já temos, inclusive, na SMU, uma regulamentação, um decreto reu-

lamentando minuciosamente este processo, mas ele começou a ser bombardeado, numa atitude que me pareceu perfeitamente paranóica, alarmista, por determinadas comunidades religiosas, que cismaram que aquilo era, especialmente, para persegui-las. E deu uma celeuma. Eu até fui atacado na primeira página de um jornal dessas comunidades religiosas como um grande inimigo que, através da regulamentação do impacto de vizinhança, iria, enfim, coibir a liberdade religiosa.

Para você ver como muitas vezes, as coisas, as discussões pegam um viés completamente insano, mas isso é um mecanismo interessante, sobretudo em relação à questão de usos. A quantidade de discussões que a gente tem em relação à questão de uso é muito grande, então, eu procuro sempre reunir as partes. Tenho aquele que quer montar o estabelecimento em questão, a Associação de Moradores, a Prefeitura, vamos sentar, vamos discutir, vamos analisar minuciosamente qual é o impacto daquele estabelecimento naquele local, vamos tomar os cuidados de uma forma geral, ver quais as restrições, ou se, realmente, não pode, não pode mesmo. Então, são questões extremamente importantes para o dia-a-dia da cidade, mas, hoje, a legislação é de uma rigidez cadavérica e, realmente, não permite, não dá margem a um mínimo de concertação, de discussão. A cidade, como foi dito aqui, realmente evolui a partir de processos econômicos, sociais, culturais e a legislação deve encontrar, também, uma defasagem, quer dizer, esperar a Câmara Municipal votar em todas as situações onde se coloca, por exemplo, uma questão de uso, a gente pode ter certeza que isso ficará defasado anos e anos. Enquanto isso fica defasado, enquanto existem casos ilegais, enquanto existem normas inadequadas de jeito que salta aos olhos de qualquer do povo que elas são, realmente, inadequadas, a gente promove o fenômeno do desrespeito às leis. Não adianta a repressão. Acho que a repressão precisa ser praticada, mas ela não resolve porque, na verdade, com a minha experiência e de tantas outras pessoas, a lei é cumprida quando se tem 95, 96% de pessoas que cumprem aquela lei e se tem uns 5% de recalcitrantes que não cumprem. Aí, a repressão funciona. Agora, se existe um fenômeno de desobediência absolutamente generalizada, como é o caso da Barra da Tijuca, onde a legislação diz quantos você pode ocupar, até a metade do pavimento de cobertura, mas não pode passar dali. Quer dizer, na verdade é uma idiossincrasia arquitetônica colocada dentro da lei.

Vejamos o fenômeno de desobediência tão generalizada em relação à própria questão da cidade informal. Apenas agora, de um ano e meio, quase dois anos para cá, existe na Cidade do Rio de Janeiro um esforço sistemático feito pela Coordenadoria de Regularização Urbanística da Secretaria de Urbanismo, dirigida pela Tânia, que está ali sentada, de vermelho, de, conjuntamente com a população das favelas, com a Associação de Moradores,

com os moradores de cada rua, fazer um trabalho sistemático de elaborar nessas comunidades a Lei Edilícia, a lei Urbanística da Comunidade, da Favela, que é muito simples. Na verdade, são quatro regras cristalinas: respeito aos ecolimites, que é a fronteira entre a comunidade e a área verde; altura máxima; respeito aos espaços públicos, não poder construir na viela, não poder construir na pracinha, não poder construir em cima da galeria pluvial; e condições mínimas de salubridade, sobretudo em questões de ventilação e insolação.

Uma vez estabelecidas, com a população da comunidade, essas regras, a área de especial interesse social, a favela, a comunidade passa a ter lei, você passa a poder construir dentro da lei nesses locais; você passa a ter um processo de licenciamento específico, claro que muito mais simplificado do que o do asfalto, que, aliás, também merecia ser um pouco simplificado. Passa a ter essa responsabilidade e acredito muito nesse trabalho. Das coisas de que eu me orgulho, que nós temos feito, essa é sem dúvida uma das que mais eu me orgulho. Então, sem querer me alongar muito, eu queria dizer o seguinte: Venho aqui, apesar de não ter sido convidado, de coração aberto, disposto a trilhar com vocês um caminho importante, instigante, numa circunstância política adversa, mas que eu acho que nós poderemos superar, com a união de todos, sem, necessariamente, abrir mão de opiniões, de colocação de críticas, divergências. Mas é necessário um clima de trabalho em conjunto e não um clima de esgarçamento.

Então, é isso. Eu, realmente, infelizmente, vou ter que sair, porque eu tenho nesse momento... Eu já estou meia hora atrasado para uma reunião importante. A minha equipe está aqui, está a Tânia, está a Ida, Maria Lúcia, Pedro Teixeira, nosso ex-Secretário de Urbanismo, figura simbólica na nossa instituição... ah, também a Cláudia Murici. Todos podem, eventualmente, lhes prestar algum detalhe maior, em relação a isso que nós estamos discutindo. Então, eu queria agradecer muito a atenção de vocês e me colocar à disposição para uma próxima ocasião, que a gente possa, inclusive, ficar e responder perguntas, questionamentos, críticas e o que for necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Sr. Secretário, na verdade, nós é que queremos agradecer a sua atenção especial para com a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em aqui estar presente, embora não tenha recebido expediente emitido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e encaminhado à Secretaria Municipal de Urbanismo, convidando V. Exa. e toda a equipe para participar deste seminário nos dias 27 e 29 de abril, 04, 06, 11, 13 e 18 de maio. Inclusive, aproveito para reiterar esse convite a V. Exa. como palestrante, no próximo dia 11 de maio, aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Isso é para assegurar, Sr. Secretário, que nós temos o maior respeito, a maior admira-

ção, o maior carinho por V. Exa. Independentemente dessas questões, reconhecemos a importância do papel desempenhado por V. Exa. e toda a brilhante equipe de técnicos que integram a Secretaria Municipal de Urbanismo na confecção desse Plano Diretor, que certamente será vital, reitero, vital para que possamos alcançar os fins colimados de prestar à população da Cidade do Rio de Janeiro um Plano Diretor à altura daqueles que aqui residem, adequando esta Cidade às novas realidades que ela vive.

Então, eu digo a V. Exa., embora não com o tempo necessário, o expediente foi encaminhado à Secretaria Municipal de Urbanismo.

O SR. SECRETÁRIO ALFREDO HÉLIO SIRKIS – Vossa Exa. me permite, mas aqui está a prova. Mas vamos botar isso atrás de nós, vamos olhar para frente, vamos avançar. Isso é uma questão secundária.

Eu só queria, antes de sair, corrigir uma omissão imperdoável que eu cometi. Tem tanta coisa para dizer, muitas vezes a gente esquece. Quero dizer o seguinte. Está presente a nossa querida Cecília Castro, responsável pelo Plano Estratégico da Prefeitura, e também a Ana Batista, que hoje é assessora da Vereadora Aspásia Camargo, mas foi durante muito tempo responsável pela Agenda 21 local. E eu quero dizer que tanto o Plano Diretor quanto a Agenda 21 local estão, desde o primeiro momento, incorporados no processo de discussão do Plano Diretor. Porque, na verdade, o que tem havido, até agora, no âmbito do Poder Executivo é um certo paralelismo entre diversas instâncias de fomento a participações. Tinha a Agenda 21, o Plano Estratégico, que eu sempre achei que deveriam ser fundidos, sob a égide da Agenda 21 local. Então, a gente também não quer criar através das estruturas do Plano Diretor uma terceira instância de fomento à participação. Na verdade, essas instâncias todas estarão conjuminadas. E a Cecília Castro também poderá, depois que eu sair, fornecer maiores precisões a respeito.

Então, muito obrigado. Eu considero essa questão do convite ou do não-convite totalmente superada. Bola para frente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradeço a V. Exa. mais uma vez, reiterando que o convite foi emitido. E, certamente, sua assessoria pecou por não lhe entregar o convite assinado e encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 26 de abril. E mais, nesse folder consta que no dia 11, V. Exa. é nosso palestrante convidado para participar dos nossos trabalhos.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Eu gostaria de falar. Realmente, eu acho que está havendo aqui um negócio...

Está aqui, quem pegar, está aqui na abertura exatamente a participação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Está aqui: Discussão da Região Metropolitana, participação do Secretário de Urbanismo do Rio... Quer dizer, o senhor é Secretário de Urbanismo ou não é? Então, está aí. Olha aí na abertura se não está Prefeitura do Rio de Janeiro. Então, olha, o senhor chegou aqui dizendo que era “penetra”, pegou o microfone de forma desrespeitosa, falou uma hora...

O SR. SECRETÁRIO ALFREDO HÉLIO SIRKIS – Vereador Eliomar Coelho, eu não vou perder tempo com sua costuma grosseria.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – O senhor tem que respeitar. Respeite! Chegou aqui dando recado, sendo professor, dizendo como é que vai fazer o Plano Diretor. Não é assim que a banda toca. Nós estamos aqui com uma programação, entendemos a importância, temos falado o tempo todo, em todas as nossas reuniões. Eu acho que o Presidente foi de uma generosidade, de uma delicadeza que não cabia ao senhor pela forma como chegou e entrou aqui. Então, merece resposta. Chega, fala, é sempre assim. Quando termina de falar, diz que tem que ir embora. E outra coisa. Se o Executivo não faz a revisão do Plano Diretor, nós do Legislativo temos a obrigação. Isso está no Estatuto da Cidade, senão nós incorremos exatamente na improbidade administrativa. Então, nós vamos fazer, custe o que custar. Até porque nós temos a população do nosso lado. Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador Eliomar Coelho. Bem, vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho com a convicção e a serenidade de que o Poder Legislativo da Cidade do Rio de Janeiro não incorreu no erro praticado pelo Poder Executivo de alijar a Secretaria Municipal de Urbanismo do processo de revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Lá, ocorreu. Aqui, não ocorreu. O expediente foi emitido, recebido pela Secretaria Municipal de Urbanismo. E o Sr. Secretário nos honrou com a presença, aqui, e honrará também no dia 11.

Vamos ouvir, agora, a Exma. Dra. Cecília Castro, cujo trabalho na coordenação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro é por demais conhecido por todos nós. Eu, na condição de Subprefeito da região de Bangu, no governo passado, o Vereador Wanderley Mariz, na condição de Subprefeito da região da Ilha do Governador, também no governo passado, acompanhamos de perto, tivemos a oportunidade e a felicidade de conviver

com as ações coordenadas pela Dra. Cecília de Castro e sua brilhante equipe no encaminhamento, na elaboração do Plano Estratégico na Cidade do Rio de Janeiro.

Sua Exa. tem trinta minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. CECÍLIA CASTRO - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, nesta Casa, construindo assim a democracia, engrandecendo esse trabalho. Eu fui convidada para falar sobre planejamento urbano no Plano Diretor. Eu gostaria de falar um pouco mais sobre o processo participativo do Plano Estratégico, sobre oportunidades e sobre o que isso tem a ver com o Plano Diretor.

A Cidade do Rio de Janeiro elaborou o seu primeiro Plano Estratégico em 1993. Foi um processo que teve sucesso. Teve muitos resultados e está tendo ainda alguns resultados. Na volta do Prefeito Cesar Maia, ele me delega essa missão e me pede que a gente corrija alguns cursos, algumas coisas que foram feitas no primeiro Plano Estratégico. Ora, nesse segundo Plano Estratégico, nós trabalhamos muito mais perto do cidadão. Nós tentamos desenvolver mais o processo participativo dentro dessa discussão da cidade. Então, nós regionalizamos a cidade em 12 partes, de duas das quais estão aqui os representantes, Vereador Jorge Felipe e Vereador Wanderley Mariz. E fizemos um processo, cujo método foi elaborado com o Ministério da Ciência e Tecnologia num acordo cooperativo. Levamos alguns meses preparando esse método, junto com o Ministério, com a Finep, com a UFRJ, o INPI. E iniciamos esse processo em meados de 2002. Nós abrimos o Plano Estratégico para qualquer participação. Todas as pessoas que quisessem participar, sejam donas de casa, professores universitários, donos de empresas, qualquer pessoa poderia participar. Acho que foi um avanço enorme.

Outro princípio forte pelo qual trabalhamos foi a questão do desenvolvimento endógeno. Nós buscamos em cada região a potencialidade, as características, a história de cada região. Durante o processo de preparação desse método, nós fizemos um levantamento exaustivo da percepção dos cidadãos de cada região através de um questionário bastante detalhado. Foram 1.500 questionários, se eu não estou errada, Reginaldo. Nós distribuimos, tentamos distribuir para todas as camadas da sociedade, para crianças, jovens, professores, etc., e para pessoas que morassem ou trabalhassem na região. O resultado desse questionário foi o que nós usamos como dados de percepção da população para cada região. E, usamos também dados do IBGE, do PNUD, do IPEA, do IPP. Esses dois tipos de informação, tanto os oficiais como os de percepção, foram levados em conta com o mesmo peso.

O que a gente observava era que, às vezes, o dado de percepção era muito diferente do que o dado oficial contava. Nesse processo, nós realizamos 76 reuniões, organizamos 86 grupos de trabalho, mais ou menos 650 pessoas participaram. No final des-

se processo dos grupos de trabalho, nós reunimos todo esse material, que era escrito, acertado e corrigido na frente do pessoal, na frente das reuniões. Eu acho que foram oitenta e tantas reuniões, mais ou menos 5 mil pessoas participaram, tanto as pessoas que assinaram as atas como algumas que não assinaram. Mas nós tentamos chegar, na medida do possível, com os braços que nós tínhamos. A equipe era pequena, mas nós conseguimos tentar contactar praticamente todas as associações de moradores, as associações comerciais de cada região, e, nesse processo, os subprefeitos foram fundamentais porque eles eram os nossos braços nas regiões.

Então, isso foi o máximo que nós conseguimos. Com a mídia, nós conseguimos algumas vezes a televisão, a grande mídia, mas principalmente nós tivemos que utilizar a mídia local porque vocês sabem que a grande mídia nem sempre dá importância a essas coisas de tão grande importância para a cidade. Então, eu acho que nós concluímos o trabalho no finalzinho do ano passado, esse trabalho aqui; quer dizer, isso é um processo, mas obviamente uma etapa do processo foi concluída com esse documento. Constam aqui todos os nomes das pessoas que nós conseguimos identificar e que participaram dos processos. Fizemos questão de que todas as reuniões fossem realizadas de preferência nas universidades. Se não pudesse ser nas universidades, em algum local que não fosse da Prefeitura ou de alguma instância governamental, para que a coisa pudesse ser o mais democrática possível.

Conseguimos, então, chegar, eu vou dizer que a não menos do que emocionantes 12 objetivos centrais, 12 visões de cada região, 12 visões de cada região, uma visão para cada uma dessas 12 regiões. Eu digo emocionante, porque nós conseguimos fazer com que as pessoas participassem da visão de futuro da sua cidade, da visão de futuro do lugar onde eles vivem, e os depoimentos que nós colhemos na ocasião foram realmente emocionantes, no sentido de “puxa, pela primeira vez nós estamos sendo convidados a realmente desenhar esse futuro.” Eu realmente não quero falar muito não, porque o trabalho é extenso.

Eu gostaria que vocês todos conhecessem, mas eu queria passar a falar um pouco mais da minha relação com a Agenda 21, porque realmente, durante todo esse processo, nós tentamos construir também. Logo no início do Governo, nós conversamos muito, eu e a Ana Batista. Nós estávamos em momentos distintos. A Ana Batista estava já num processo avançado: ela estava trabalhando com as APs. Nossa área de atuação era uma área distinta e nós estávamos num processo vibrante de conversa com a sociedade. Eles estavam num processo mais avançado. No entanto, nós conseguimos construir uma agenda comum. Nós temos 23 projetos que são praticamente dois anos de contato intenso com a sociedade, que resultou nesse processo aqui. E, além

disso, mais dois anos de orçamento participativo e vamos entrar esse ano, de novo, com a questão do orçamento participativo. Acho que conseguimos avançar no processo democrático e no processo participativo e esse trabalho, essa visão que a cidade tem ou que as regiões têm para o seu futuro tem que ser olhado por ocasião da construção do Plano Diretor.

Eu tenho conversado muito com o Sirkis, nós temos conversado muito sobre essa relação Plano Estratégico, Plano Diretor, Agenda 21 e, por isso mesmo, constam no decreto não só o grupo de trabalho do Plano Diretor como também o Compur. Nós estamos juntos lá, sinalizados no decreto, e pretendemos com isso avançar nesse processo democrático, construindo o nosso país cada vez mais com a participação da população e da sociedade. Eu espero que esse trabalho do Plano Estratégico possa trazer subsídios, e tenho certeza que trará, nessa próxima etapa do Plano Diretor. Quero dizer também que temos a intenção de voltar a ter, como falou o Prof. Aduino, a visão geral da cidade de novo. Nós pretendemos sair do nosso “zoom” das regiões e dar um olhar geral na cidade e talvez aí também, quiçá, dar um olhar mais amplo para a região metropolitana. Este será um outro processo também importante do qual esta Casa terá que participar. Espero que possamos contribuir não só com os subsídios de todo esse levantamento que a gente fez, mas também durante esse processo as Comissões Regionais do Plano Estratégico estarão dispostas a trabalhar e a contribuir nesse processo.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Vamos ouvir agora a Sra. Ana Batista, Coordenadora da Agenda 21.

A SRA. ANA BATISTA - Bom dia, gostaria primeiramente de parabenizar a Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor, parabenizar a presença de todos nós aqui, representantes da sociedade, gestores, e queria ressaltar a importância desse debate público sobre os rumos e as futuras diretrizes da nossa cidade.

Eu vivi, e já disse em outras reuniões do Seminário do Plano Diretor aqui, um intenso processo junto a vários segmentos da nossa cidade em relação à possibilidade de participação e de integração da sociedade e dos representantes de governo para poder definir e realizar um diálogo sobre a vocação política, sobre a vocação cidadã e sobre um outro aspecto do planejamento, um planejamento participativo e integrado, uma visão de cidade não partida e mais integrada.

Eu tive a oportunidade de discutir intensamente isso nesses quase sete anos como Coordenadora da Agenda 21 e, por isso, é importantíssimo nós ressaltarmos esse debate democrático. Nes-

ta Câmara, onde participei há muitos anos da Lei Orgânica do Município e onde eu sou funcionária concursada, eu tive a oportunidade de ver um momento importantíssimo da sociedade, participando e construindo efetivamente os seus direitos, através das leis, de uma nova postura e do diálogo. E, durante um longo tempo, parece que esta cidade se calou, esta Câmara também se calou e as pessoas ficaram quietas em seus lugares, no Executivo, no Legislativo ou na sociedade civil.

Acho que, a partir desse processo democrático, talvez a gente consiga fazer o renascimento público desta cidade, reconstruindo o espaço público desta cidade. Essa é nossa marca, nossa característica. Somos uma cidade do diálogo, uma cidade que dialoga nas praças, nas praias, nos carnavais, nas festas. Somos a cidade da pluralidade e da diversidade. Somos uma cidade dos diferentes, das cores. Somos uma cidade que assume nosso lado mestiço, nosso lado plural. Isso durante muito tempo ficou calado aqui, apesar de estarmos vivendo um processo intensamente democrático de ponta a ponta nesse país.

A Agenda 21 foi um instrumento em várias cidades. Nós, da Cidade do Rio de Janeiro, fomos pioneiros, até porque aqui sediamos a Eco 92, a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Conseguimos abraçar aquelas diretrizes globais e fundamentais que foram traduzidas através de 40 capítulos e quatro seções, que procuram traduzir um novo conceito e uma revisão profunda e radical do direcionamento e do desenvolvimento que este planeta assumiu, principalmente na segunda metade do século XX. Época em que predominou um modelo economicista, produtivista, excludente e degradador.

A Agenda 21 Global trouxe à pauta de discussão o revigoração da filosofia, o revigoração das possibilidades das cidadãs e cidadãos, a possibilidade da abertura do diálogo entre os diferentes, onde não apenas os governos são responsáveis pelas diretrizes, pelo planejamento e pela condução do futuro do planeta e do futuro da cidade. Incorpora-se a cidadania, incorporaram-se vários eixos temáticos que não sejam somente o econômico, como as novas formas de governança, as novas institucionalidades, a dimensão ambiental e a dimensão social, agregadas a esse conceito de desenvolvimento. Esse é o principal valor desse pacto traduzido na Agenda 21 Global, que, em seu capítulo 28, traz a responsabilidade para as cidades, traz a responsabilidade para os governos locais, para as Subprefeituras, para as Câmaras, para as Secretarias e para a cidadania.

Esse é o principal pacto, o principal resgate que podemos fazer dessa importante conferência, que marca uma nova forma de debate e discussão. O Plano Diretor Participativo incorpora esses valores de cidadania, de participação, de uma cidade global, embora pensada localmente, como o Prof. Adauto e a Cecília muito bem resgataram. Que instrumentos podemos dispor para possibi-

litar esse diálogo? Que metodologias podemos trabalhar para que esse diálogo e essa postura diante de novas institucionalidades possam acontecer?

Foi desta maneira que, logo após 1992, esta cidade de uma maneira interessante provocou o diálogo entre esse conjunto de representantes, formando uma Comissão Pró-Agenda 21, apresentando um projeto de lei a esta Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que foi aprovado, primeiramente, como um Programa de Desenvolvimento Sustentável - a Lei 2.560/96 - e, logo depois, um projeto de lei consensualmente aprovado. Este projeto não foi só apresentado pelo Executivo, como este dialogou com a Comissão Pró-Agenda 21. A comissão era representada por parlamentares mais ligados ao movimento ambientalista e a vários segmentos da sociedade civil, inclusive do setor produtivo. No decorrer do processo, não conseguimos agregá-los como seria necessário e fundamental para repensar a cidade. O Fórum da Agenda 21 foi aprovado por lei, por esta Casa. A partir daí discutimos uma metodologia, criando uma secretaria executiva e criando, a partir da primeira convenção do Fórum, os instrumentos que pudessem abrir o diálogo com a cidade; traduzir o que seriam essas 40 intenções macro, de pegar uma visão global e saber traduzi-la. Qual a vocação da nossa cidade? Qual o processo que nós podemos traduzir em termos de pauta, qualificando a ação de cada bairro, invocando a vocação de cada área de planejamento desta cidade? Como incorporar a dimensão ambiental no processo de desenvolvimento social, no impacto que a Cidade do Rio de Janeiro vinha crescendo, não só do ponto de vista urbanístico, mas do ponto de vista, inclusive, de se resgatar um processo de governança onde você pudesse criar essas interlocuções, que você não tivesse uma superposição de projetos através das secretarias municipais, uma ausência de diálogo entre o Executivo e o Legislativo? E, principalmente, como você empodera esta cidadania a agir, agir com suas propostas, com seus objetivos, com sua vocação de participação? Essas foram as premissas que podemos traduzir através do diálogo, da parceria, do sentido de co-responsabilidade, ou seja, não é apenas o governo responsável pelas diretrizes, mas a sociedade também tem o seu papel. E, principalmente, através do consenso. Ou seja, a identificação das diferenças e adversidades dos atores sociais e o que esses segmentos podem consensuar, o que pode ser construído através de um único olhar, ou seja, o de repensar da cidade.

Claro que numa cidade de 6 milhões de habitantes, nós teríamos que partir de algum ponto. Não tínhamos orçamento suficiente, equipe técnica e, principalmente, uma dimensão que pudessemos fazer abranger um conjunto da dimensão dessa cidade. Então, trabalhamos por área de planejamento; trabalhamos em cada área de planejamento e tivemos instrumentos que nos fortaleceram no sentido de identificar os atores sociais, identificar

que questões sócio-ambientais a cidade poderia escolher como prioritárias e que instrumento de planejamento participativo poderíamos trabalhar no sentido de unir essa diversidade de atores. Foi assim, numa parceria com o ISER, um trabalho coordenado inicialmente pela Secretaria de Meio Ambiente, que traduzimos um trabalho que, em primeiro lugar, evidenciou os problemas, a identificação dos problemas e a possibilidade de soluções. O tempo todo dialogando problema e solução. Buscamos a presença dos técnicos onde os grupos locais identificavam quais aspectos seriam mais importantes em cada área de planejamento. Então, por exemplo, Área de Planejamento 5, a questão da degradação ambiental, a questão da falta de saneamento, a questão da habitação; Área de Planejamento 4, a questão do diálogo em relação à questão da poluição de rios e lagoas. São vários os produtos que depois saíram dessa identificação macro de problemas. Nós íamos identificando e chamando os técnicos de governo para dialogarem com aqueles atores que, anteriormente capacitados, já estavam se organizando através dos cinco comitês regionais da Agenda 21.

Essa foi a instância relativa à organização e participação da sociedade, na gestão do Prefeito Conde. Na segunda gestão do Prefeito Cesar Maia, sem ser essa de agora, a passada, demos um passo adiante que foi a comissão de um conselho intersecretarial, o que se chamou Macrofunção do Fórum 21, onde foram reunidos técnicos indicados pelos secretários municipais no sentido de que a dimensão sócio-ambiental pudesse integrar os projetos que estavam sendo discutidos por cada secretaria e que pudesse integrar, então, essa cesta de projetos que resumiria qual seria a vocação da cidade, visando ainda uma idéia utópica de cidade sustentável, que nós sabemos e reconhecemos ser utópica. Da mesma maneira como o conceito de gestão participativa está muito aquém do que é necessário para se pensar um planejamento onde a sociedade tenha vez e voz, onde a sociedade saiba participar e saiba como participar. Porque não adianta nós apenas juntarmos as pessoas; nós temos que ter instrumentos de qualificação desses gestores e qualificação desses atores sociais, para que eles compreendam o que é o Plano Diretor da Cidade, o que aquilo atinge a sua vida, o que aquilo atinge a sua produção, seja como comerciante, seja como diretor de escola, seja como diretor de hospital, seja como um trabalhador que enfrenta duas, três horas para chegar ao seu local de trabalho, seja como morador de uma região metropolitana, mas que trabalha na Cidade do Rio de Janeiro. São vários aspectos que temos que saber quais instrumentos e capacitar as pessoas para que elas possam opinar, para que elas possam exercer os seus direitos de cidadania, não só como direito, mas também como dever. Então, esse desafio é imenso, a atual etapa de trabalho nossa, nos reunimos numa sexta-feira, com 92 projetos, esses projetos e a nossa metodologia

foi apresentada aqui na Câmara Municipal, numa Audiência Pública, em outubro de 2003, e depois, no ano de 2004, apresentamos esses projetos a um conjunto de secretários de governo. Hoje, nós estamos em que situação? É um momento de transição, nós estamos fechando uma publicação com todo esse processo, com uma rede que já passou por esse trabalho que hoje soma cerca de quase 3 mil pessoas e, como digo sempre: nome, endereço, telefone, e-mail, mas é uma rede que ela pode se tornar residual. Ela pode sumir como areia, não do ponto de vista, da sua consciência de cidadania, da sua consciência ambiental, da compreensão, da possibilidade e do seu desejo de construir uma cidade saudável. Mas efetivamente, se não tivermos investimentos nesses instrumentos, se não tivermos uma política de integração, como a Cecília disse: não basta ter um plano estratégico, orçamento participativo, que não acontece na cidade. Uma Agenda 21 que se esgalga pelos cantos, tentando trabalhar no sentido do diálogo, no sentido da produção de projetos, no sentido da discussão desse repensar da cidade, do exercício da cidadania que não se comunica com a Câmara, que não se comunica com a comissão, que não se comunica com o Plano Diretor, esse é um grande desafio. Como nós articulamos, é uma palavra-chave que considero que a integração da mesma maneira que a sustentabilidade, ela tem a referência na dimensão institucional, política, ambiental, social, além da preponderância do econômico, nós temos também a relação governo, sociedade, setor produtivo que será articulada. Articulada de que maneira? Produzindo e provocando as pessoas no sentido de construírem os seus planos locais. Descentralizando os debates, criando as interlocuções como visibilidade, produzindo informações para que as pessoas possam acessá-las. Construindo agendas, palpáveis e possíveis de serem trabalhadas com comunicação. Uma das maiores dificuldades que nós tivemos na Agenda 21, em determinadas situações, foi a interlocução política entre esses diferentes atores. A sociedade falando por um lado, sem criar essa interlocução com a sua representação do Executivo e sem a sua representação no Legislativo. A outra grande questão, é conseguirmos traduzir essa cesta de projetos, nessa interlocução que o Plano Diretor possibilita, como a Raquel Rolnik disse muito bem aqui, que é um desafio porque aprendemos a fazer as coisas de acordo com a nossa visão. Os técnicos se sentindo responsáveis pelo lado que insiste a sociedade, ter que insistir no sentido de que ele não cria esse debate público, a sociedade na posição de reclamante e o setor produtivo, no viés onde ele quer defender seus interesses privados. Ou seja, a visão pública, ela ficou secundarizada durante todo esse processo de construção democrática. Então, esse debate é importante e dá a possibilidade do Plano Diretor de criar essas interlocuções. Qual é a vocação da nossa cidade? Somos uma cidade do diálogo e com quem podemos dialogar? Quem

são os atores responsáveis? Como recompor esse tecido urbano tão machucado pela divisão do informal, com uma grande exclusão social? Como tratarmos os temas como energia renovável, tratamento do lixo, transportes, saneamento básico? Como integrarmos essa pauta de trabalho com algumas etapas como trabalhamos, conceitualmente, na Agenda 21? O processo de planejamento, ele é participativo, integrador, mas ele não é um projeto a curto prazo, ele é um projeto a médio e a longo prazo. É pensar a cidade, hoje, como uma visão global. Pensar uma cidade, hoje, é para garantir um futuro, como nós vimos que o crescimento das cidades não teve essa óptica de planejamento, não teve essa óptica de olhar adiante, para que evoluamos pensando nos resíduos que podemos deixar. Se eles podem ser renováveis, se eles podem ser reconstruídos, qual é o passivo ambiental desta cidade, o que precisa ser resgatado, como interpretar e criar essa interlocução, como o Prof. Adalto colocou.

Existe um descolamento. A cidade é uma cidade partida em tudo. Ela é partida institucionalmente, porque ela não dialoga; ela é partida politicamente, porque a política está distante daquilo que a originou, que é o espaço da negociação, que é o espaço do diálogo, que é o espaço da transparência e da visibilidade.

Essas premissas são premissas conceituais, não são discursos, apenas. Se nós não tivermos essas referências, o nosso paradigma vai continuar o paradigma de uma cidade falida, de um estado falido, de políticos falidos, e de uma cidadania enfraquecida e frágil.

Então, me parece que a junção que pode acontecer nessa interlocução, o que o Plano Diretor pode provocar é que esses instrumentos, que foram fruto de tanto trabalho – a Agenda 21 brasileira, hoje, provoca uma interlocução no nível federal. Eu participei de várias reuniões em que o esforço da Ministra Marina era justamente fazer com que a dimensão ambiental não seja uma questão ambiental e, sim, uma questão de desenvolvimento.

Algumas questões têm que ficar claras. Primeiro, a agenda não é uma agenda de governo; ela é uma agenda onde o governo faz parte e é um ator fundamental. Porque dele e do Legislativo partem a definição de políticas, a definição de orçamentos, a definição de legislações. O governo é fundamental, mas ele é parte integrante de um todo, onde diversos atores sociais – e aqui nós temos vários que participaram conosco, muitos não puderam vir.

Por isso eu acho interessantíssimo que descentralizemos esses debates, para que possamos optar. O Alfredo Sirkis trouxe uma idéia de se trabalharem as discussões por temas e por regiões; isso é fundamental para que possamos trabalhar com o acúmulo que temos, com aqueles parceiros que já produziram as suas idéias, com processo de escuta que foi realizado nesta cidade, que eu acredito até que esta Câmara não conhecia.

Eu dei um passo na minha vida, porque eu achei que, talvez, contribuindo como Coordenadora da Agenda, já tinha cumprido um papel; e, na realidade, a vida está me mostrando isso, que talvez o meu espaço como assessora da Vereadora Aspásia Carmargo, com a pluralidade que eu carrego na minha alma, possibilite essa integração e esse grande pacto, que foi o grande marco da Eco 92, a possibilidade de se assumir um compromisso pactuado e consensual, onde o diálogo seja a referência máxima, onde se pratique a democracia, onde os interesses privados sejam superpostos pelo interesse público. Esta cidade precisa resgatar o seu público, ela precisa resgatar o público através do Legislativo, através da nossa participação, através das universidades, através do nosso maior legado que é a nossa beleza, o nosso meio ambiente, o nosso solo, que é a cidade construída entre águas de rios e montanhas; e, por isso, ela é plural, ela é úmida, ela é íntima e ela é feliz – e, hoje, ela está triste, amargurada. Amargurada porque ela está sendo achatada naquilo que é a sua essência, e isso está sendo retratado na nossa cesta de projetos. A essência da cidade é a esperança, é a vocação – mais uma vez eu digo – para o diálogo, para a cultura e para a pluralidade.

Espero que nós consigamos, através do Plano Diretor, discutir a qualificação dos bairros por região. Eu morei a minha vida inteira em Vila Isabel, que hoje é um bairro ameaçado. É um bairro ameaçado pela violência. É um bairro ameaçado por tudo aquilo que foi o destrato e a ausência do Poder Público. Eu falo dele porque ele está nas páginas dos jornais, mas nós temos São Conrado, nós temos a Rocinha, a população da Rocinha, as populações excludentes, a Zona Oeste, a chacina da Zona Oeste. Então, eu acho que esse Plano Diretor ele pode resgatar esta vocação da cidade, qualificando os bairros, tirando uma pauta mínima, onde essas questões: habitação, transporte, energia, ela possa se envolver num projeto de salvação desta cidade. Um projeto onde a cidade sustentável fique cada vez menos utópica.

Bom, eu me coloco à disposição, não só para o debate aqui, mas também para apresentar, de uma forma mais detalhada, a nossa metodologia. Eu achei que hoje não seria o caso, até conversamos se apresentaríamos o data show, passo a passo, com as questões metodológicas. Trabalhamos isso desde Brasília até aqui na nossa cidade. Eu quase optei por fazer um apelo e compartilhar com vocês aquilo que eu pude viver nesse intenso processo de conversação, de consertação com a minha cidade.

Então, eu me coloco à disposição, e quero dizer para vocês: a Agenda 21 é um instrumento – talvez eu tenha timidez em falar, mas até o Pedro Ivo, que foi coordenado da Agenda 21 brasileira muito tempo, ele disse: nós não temos que ter medo, é um poderoso instrumento de participação, é um poderoso instrumento de exercício da cidadania. E eu queria colocar esse instrumento à disposição da Câmara, à disposição de todos vocês, para que

somemos esses esforços na diminuição dessa sustentabilidade, que parece tão distante e tão longínqua e, quem sabe, ela não é possível e pode ser provocada, por esta Casa, através da discussão do Plano Diretor.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Muito obrigado. Com a palavra o Vereador Wanderley Mariz.

O SR. VEREADOR WANDERLEY MARIZ – Em primeiro lugar, eu queria ressaltar a importância – e eu como Subprefeito da Ilha do Governador e o Vereador Jorge Felipe Subprefeito de Bangu conheceu – do trabalho que o plano estratégico local teve para a Prefeitura do Rio de Janeiro, para a Cidade do Rio de Janeiro. Porque conseguiu combinar dois elementos importantíssimos: de um lado a participação da sociedade civil, o chamamento, as associações de moradores, as entidades, as pessoas, para participar desse processo. E, do outro lado, o suporte técnico bastante interessante, com banco de dados, com muitas informações sobre os diferentes bairros da cidade.

Então, Sr. Presidente, eu acho que esse trabalho, esse banco de dados, essa metodologia pode ser interessante para a nossa Comissão, e quero sugerir para discutirmos, numa outra ocasião que a Dra. Cecília e a Ana Batista, viessem a uma reunião da nossa Comissão até para expor esses dados por regiões, por áreas. Realmente ali nós temos um diagnóstico de situação no que diz respeito à Cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos e a situação de cada bairro, e também temos um rol de opiniões de atores importantes aí no dia-a-dia da nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Muito obrigado. Com a palavra Maria Luiza Tambellini.

A SRA. MARIA LUIZA TAMBELLINI – Alô. Meu nome é Maria Luiza Tambellini, eu sou professora da Faculdade de Serviço Social da Uerj, faço parte do Fórum do Plano Diretor.

Eu acho que hoje estamos vivendo um momento importante nesse Seminário, onde parece que as palavras: pacto, democracia, processo democrático estão começando a serem utilizadas. E, segundo, eu não estou entendendo, temos que começar a elaborar, porque no final desse Seminário, vamos discutir a metodologia que vamos querer utilizar para a realização desse pacto, dessas conversas e desses diálogos.

Então, eu fico sensibilizada a falar algumas coisas aqui, porque quando o nosso Secretário fala, ele diz que nós temos uma janela de oportunidades. Eu não concordo com ele, estamos en-

trando pela porta. Estamos no Plano Diretor e estamos falando sobre a questão da participação do processo de governança, governabilidade, seja qual for o nome, através da elaboração do Plano Diretor, com a participação da comunidade.

Então, eu concordo com a outra frase que ele disse: “Todo mundo é governo”. Nós todos temos a nossa idéia da nossa necessidade para aquilo que a cidade está produzindo. Se ela não produz o que eu quero, eu vou me colocar e os gestores institucionalizados devem ter ouvidos para entender que não temos um pensamento único, temos vários pensamentos, e eles todos é que farão o pacto, senão não precisaria de pacto: o pensamento único regula tudo igualzinho, então, a alteridade para o pacto é necessária. Vamos ter que aprender a escutar os outros e cuidar dessa atenção, para que não caiamos nas armadilhas de achar que são pensamentos únicos.

Parece, agora, que não falamos mais em favelas, não falamos mais da situação dos loteamentos. Nasceu, agora, o termo da *informabilidade* como um panegírico para falar sobre todas essas questões, para querer nos conscientizar que a cidade realmente é partida. A cidade não é partida no meu conceito. Como fruição, ela é um contínuo de desigualdades sociais, mas ela não é partida.

A segunda coisa é que eu também escutei muito nos conceitos que foram colocados aqui pelo Secretário: flexibilização do uso da cidade em cima de processos de novas leis e não-sei-o-quê. Eu acho que isso também é uma coisa séria, porque eu quero saber o que vai flexibilizar, para quê e para quem?

Eu também gostaria que as pessoas comesçassem a pensar, como é um processo participativo, segundo a proposta do Secretário: você tem mais ou menos umas Câmaras, onde você vai e volta, e a população não participa desde o início. Ela fica alijada de uma série de momentos nesse processo, e teríamos que ver também quando formos pensar a questão da metodologia.

No segundo momento, eu gostaria de falar um pouco a respeito da fala da Ana Batista. Acho que a Agenda 21 é um protocolo importantíssimo, que começou no século passado, e temos que continuar neste. Mas eu acho que a Agenda 21 faz parte, para nós, brasileiros, de um processo, desde a década de 50, talvez no Governo João Goulart já tinha sido falado também, da reforma urbana.

A reforma urbana é um diálogo importante. Existe um movimento, no Brasil, que se chama Movimento Nacional de Reforma Urbana. Nessa linguagem que eu estou tendo de alteridades e diferenças, há outros pressupostos, inclusive, para serem colocados na questão da participação e que são importantes de serem acrescentados aqui.

Quanto à fala da Cecília, se trabalhou com a percepção da comunidade, das pessoas, para elaborar uma série de documen-

tos, e aí eu pergunto: percepção é consciência? Eu acho que percepção é um fenômeno, eu acho que iniciamos um processo cognitivo qualquer, mas ele não é o processo total. E também, nesse momento, fico pensando: se você trabalha com percepção, isso não ficou o tempo todo presente no trabalho, inclusive nas reuniões de participação em que aquelas informações seriam da percepção mais do administrador do que das pessoas que estavam falando lá.

Eu faço parte do fórum do Plano Diretor, moro num bairro que tem associação de moradores e não soube que houve reunião para eu opinar no processo do plano estratégico. Eu fiquei um pouco preocupada de não ser essa minoria maravilhosa de 5 mil pessoas que pôde discutir o plano estratégico.

Para terminar, quero dizer que, quando houve o movimento para fazer a nova Constituição de 1988, o Movimento de Reforma Urbana, mais uma série de outras entidades foram às ruas e conseguiram fazer aprovar a lei de política urbana, com dois milhões e quinhentas mil assinaturas. E eu acho que hoje temos o direito de cobrar a participação, porque foi um processo muito extenso e temos que devolver isso para a sociedade.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – O próximo orador é o Sr. Hélio Barros.

O SR. HÉLIO BARROS – Boa-tarde a todos, meu nome é Hélio Barros, sou do Conselho de Moradores de Loteamento, participo do Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor e, também, do Compur do qual o secretário falou, hoje, aqui.

Também, a minha questão sobre o Plano Estratégico e da Agenda 21, é uma pergunta que eu gostaria de fazer. Quando a senhora da Agenda 21 falou que precisaria de uma capacitação, que se fizesse uma capacitação da sociedade civil para que participasse da elaboração de projeto de tal magnitude, gostaria de perguntar a ela se houve, na época, pelos números que foram ditos, aqui, se houve capacitação das pessoas que participaram da elaboração da Agenda 21 e do Plano Estratégico?

E, uma outra questão, de todas as diretrizes apontadas, qual delas, efetivamente, foram implantadas, tanto na Agenda 21, como no Plano Estratégico?

Eu gostaria de saber isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – O próximo inscrito é o Sr. Sydney Menezes, Arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo.

O SR. SYDNEI MENEZES – Bom-dia!

Na verdade, eu queria fazer apenas, aqui, o registro dos ganhos que já se verifica com a instalação da Comissão Suprapartidária dos Vereadores. O primeiro deles é a questão da mobilização, o tema, em geral, o tema urbano do Rio de Janeiro ficou, de certa forma, congelado e, quando se consegue, através da comissão, mobilizar setores da sociedade para debater esse tema, ressuscitando uma esperança para todas essas pessoas, para todas essas entidades que durante anos lutam e perseguem os princípios e conceitos da Reforma Urbana, isso já é um ganho.

O segundo deles, quando se garante, através da Prefeitura do Rio iniciativas fundamentais, como o Secretário Alfredo Sirkis colocou aqui, a instalação do Compur, a instalação de um grupo de trabalho no âmbito da Prefeitura, no âmbito do Executivo, para começar a discutir o plano. Isso é muito importante porque quem participou – e a grande maioria aqui participou do processo de elaboração do Plano Diretor, de 1992 – sabe que a participação dos técnicos da Prefeitura, por sua qualidade, por sua competência, por seu compromisso com a questão pública e não com a questão de Governo, foi imprescindível para que, naquele momento, se discutisse e se avançasse. Instrumentos importantes foram incorporados ao texto, portanto, houve um avanço, naquele momento.

Agora, precisamos contextualizar o que está se vivendo, hoje. Então, eu quero apenas fazer esse registro e dizer que é absolutamente importante, imprescindível, esse debate com a presença da Secretaria de Urbanismo, não é à-toa que o Secretário se dispõe a vir à Câmara, para debater, trazendo a sua presença não só física, mas muito mais do que isso, trazendo propostas, sugestões, quando se coloca a possibilidade da discussão do Plano Diretor, setorialmente, nas várias regiões da cidade, quando se propõe a discussão do Plano Diretor a partir das questões temáticas, isso é uma temática concreta, isso é uma proposta séria, isso é uma proposta de que está querendo oferecer trabalho e que tem compromisso com esta cidade.

Quero parabenizar a Comissão pela iniciativa, porque foi a partir da instalação desta Comissão Suprapartidária que outras iniciativas começam a ganhar corpo. É a partir da iniciativa dos Srs. Vereadores, com a participação da Sociedade e espero que continuemos com a participação das Entidades, no sentido de pressionar, democraticamente, politicamente, essa Comissão, para que se avance nesse debate.

A questão, portanto, já colocada aqui, de mecanismos, de instrumentos concretos remetem para um raciocínio muito claro e muito lógico de que há disposição do Governo do Município, de que há disposição da Câmara de Vereadores e essa nunca deixou de ter, dos atores sociais para que se faça, agora, uma discussão profunda da questão do Plano Diretor da Cidade.

Era essa a contribuição.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Muito obrigado.

Com a palavra, Cristina Reis, da AMA, dos Postos 2, 3, 4 e 5 de Copacabana.

A SRA. CRISTINA REIS – Boa-tarde a todos. Um grande abraço ao Sydnei Menezes, amigo de longos anos, de movimento, da juventude.

Eu gostaria de fazer uma colocação. Eu acho que foi a nossa companheira Cecília que deu essa idéia ao Sirkis de colocar tema. No caso seria, para cada Plano Diretor, um tema estipulado, como Transporte, Segurança. E na verdade, não é idéia dele, porque na quarta-feira, já no finalzinho, a própria Vereadora Aspásia Camargo colocou essa questão de que havia essa idéia, não só da Plenária, mas a própria idéia daqui da Mesa, de que fossem colocados temas, como também a questão da Segurança.

E gostaria, também, de parabenizar a todos pelo desenvolvimento desse tema, que é de grande importância. Porque como falou o nosso companheiro na quarta-feira, não adianta discutirmos a questão do urbanismo, se o próprio Secretário não está. Então, ficou uma pessoa que palestrou, mas na hora de desenvolvermos uma pergunta... Eu gostaria de perguntar a respeito de vários decretos que são sancionados nos âmbitos da Prefeitura e do Município e gostaria desse tipo de explicação, porque infelizmente ficou uma coisa no ar, que eu espero que numa próxima vez, em outra reunião, eles estejam presentes para podermos perguntar a respeito desses decretos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – O próximo inscrito é Maria Célia de Abreu, Presidente da ONG Caatyba com sede em Bangu.

A SRA. MARIA CÉLIA DE ABREU – Cumprimento a todos os presentes, Sr. Presidente da Mesa, Vereador Jorge Felipe, e queria me dirigir, especialmente ao Vereador Eliomar Coelho, mas ele não se encontra na Mesa.

Eu ia falar sobre a questão da reurbanização, da redivisão de Zoneamento Urbano do Município do Rio de Janeiro; e a questão ambiental, a relação sócio-econômica, a questão dos condomínios em áreas ambientais, ou seja, área de casario pobre, não importa. Mas, diante do que houve aqui neste Plenário, eu, como cidadã, banguense, carioca, lá do subúrbio longínquo do Rio de Janeiro, eu venho pedir ao Sr. Diretor desta Mesa, onde agora está presente o Exmo. Sr. Vereador Eliomar Coelho, que peça

desculpas ao homem público, Secretário Alfredo Sirkis. Eu, como cidadã do Rio de Janeiro, me senti altamente ofendida, aqui, nesta Casa, hoje. Um cidadão, um representante de uma Secretaria foi convidado a se retirar e com gestos altamente agressivos.

Sr. Vereador Eliomar Coelho, é uma sugestão, que V. Exa. peça desculpas ao homem público, representante de uma Secretaria do Rio de Janeiro. É o mínimo que V. Exa. pode fazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – O próximo inscrito é Jacqueline Guerreiro, do Comitê Fórum 21, AP-4.

A SRA. JACQUELINE GUERREIRO – Bom-dia. Parabenizo a iniciativa, eu tento ser bastante pragmática, então vou ser bastante objetiva, dando algumas sugestões para o processo.

Primeira, a necessidade de articulação com outras redes sociais que também estão pensando a cidade como, por exemplo, as redes de educação ambiental, os coletivos que estão se organizando para a criação de comitês de bacias hidrográficas, os fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais, que possuem já um GT da Agenda 21.

Segunda sugestão, necessidade de estratégias permanentes de formação, capacitação e empoderamento de amplos setores sociais nas ferramentas metodológicas que envolvem essas questões.

Terceira sugestão, utilizar-se mais das novas ferramentas de informação e comunicação, principalmente a Internet, como forma de disseminar as discussões sobre essas questões.

Quarta sugestão, diálogo maior com as escolas e seus educadores, que possuem saberes construídos acerca das questões locais que envolvem a cidade.

Quinta sugestão, que se organize a memória deste processo e que tal memória possa ser amplamente disponibilizada em meios impressos, multimídia, Internet, etc.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – O próximo inscrito é Valéria Barbalho, Sindicato dos Engenheiros, Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor.

A SRA. VALÉRIA BARBALHO – Boa-tarde a todos. Eu queria primeiro colocar minha preocupação em relação a todo esse Seminário, desde o seu início eu estava acreditando, com uma expectativa muito boa quanto à possibilidade de construirmos esse processo democrático. Nós temos ouvido aqui no Seminário, cresceu dentro de nós que lutam pela possibilidade de ter uma legislação melhor para esta cidade. E hoje deu uma recaída total, uma preocupação muito grande com isso, como a Co-

missão vai conseguir tocar essa questão. Eu acho que foi muito grave o que aconteceu aqui, a postura e a posição em que o Executivo está se colocando com relação a esse processo democrático. Ficou claro, acho que para todo mundo, a pouca intenção e a contradição entre o discurso e a prática. O nosso Secretário de Urbanismo, apesar de fazer um discurso de que quer participar e de que gostaria de participar, as suas ações não têm demonstrado isso. Tanto pela postura de chegar aqui dizendo, num seminário cujo objetivo é construir um processo de revisão do Plano Diretor, ele chegou em meia hora e afirmou o que a Secretaria vai fazer, pretende fazer e de que forma pretende fazer, e que em pouco tempo vai apresentar um substitutivo, demonstrando claramente que vai haver participação na forma que ele entende. E que não é o que nós estamos querendo, não é o que nós estamos pretendendo com esse seminário que é para construir esse processo. Então, essa é a minha grande preocupação, com a qual eu estou saindo hoje aqui desse Seminário.

O segundo ato que demonstra também isso é a aprovação de um Conselho Municipal. É lógico que Conselho parece uma coisa muito boa e positiva. Só que o Conselho Municipal foi aprovado há menos de um mês, ignorando totalmente esse processo. Um Conselho Municipal aprovado sem discussão de que entidades vão participar, inclusive com erros. O Conselho Municipal foi aprovado dizendo que participa dele o Sindicato de Engenheiros/SARJ. SARJ não é o Sindicato dos Engenheiros, SARJ é o Sindicato dos Arquitetos. Então, eu não sei se o Sindicato dos Engenheiros vai participar ou se é o Sindicato dos Arquitetos. Quer dizer, nós temos problemas graves. Uma coisa que foi aprovada de qualquer maneira, em menos de um mês, nesta Casa. São essas ações do Executivo, que demonstram que não está havendo nenhum empenho em fazer qualquer processo participativo, além do que foi colocado e outras coisas.

Então, eu queria resgatar aqui o mais importante, eu ouvi, sem desmerecer a experiência da Agenda 21 e do Plano Estratégico, que foi a exposição do Prof. Adauto. Os grandes problemas da cidade, hoje nós vivemos o caos urbano. Se não estamos no caos urbano, estamos beirando o caos. Assim é a desconexão total entre um plano da cidade, que é Plano Diretor, as leis urbanísticas e todas as outras. Eu acho que o Plano Diretor tem que ser a lei máxima. A Agenda 21, ela é muito importante, mas ela tem que se integrar ao Plano Diretor. O Plano Diretor é da cidade. O meio ambiente faz parte da cidade e tudo o mais. O Plano Diretor é que tem que ser a guia. E todas as outras leis têm que estar integradas, como bem colocou aqui o Prof. Adauto.

A minha pergunta vai no sentido de que o que nós estamos querendo com esse Seminário é construir um processo de revisão. Eu não sei como vai ser possível com essa postura do Executivo. Mas ainda vamos tentar. Eu acho que a Câmara de Vere-

adores tem condições de quebrar essa inflexibilidade do Poder Executivo. Não sei de que forma. Mas temos que tentar.

Eu gostaria de saber das pessoas da Mesa, porque nós já estamos fazendo o dever de casa, que é pensando como deve ser essa metodologia de participação. Porque ninguém tem essa experiência, ninguém tem isso acabado. Isso é uma coisa muito difícil, que vamos construir juntos aqui, eu espero.

Então, eu gostaria que o Prof. Aduino e a Dra. Célia e os demais Vereadores, também colocassem a sua contribuição para isso.

A minha pergunta é de que forma podemos contribuir com a metodologia. Um ponto principal que eu tenho pensado é em relação à elaboração do diagnóstico, como bem colocou o Prof. Aduino, isso é fundamental. Se não conhecermos ou não atualizarmos um diagnóstico da cidade, não é possível construir nenhum plano para ela. Não tem como. Além disso, de que forma nós poderíamos construir essa metodologia? É por área? Com certeza, é por área. Precisamos fazer uma discussão por área, porque a cidade é muito grande.

Para concluir a minha pergunta: “Como pode ser esse processo metodológico de revisão do Plano Diretor?”

Muito obrigada!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – O próximo inscrito é o Prof. Célio Murillo, da Ciência.

O SR. CÉLIO MURILLO – Boa-tarde a todos.

Sou Célio Murillo, Vice-Presidente do Planejamento da Ciência. Estou aqui representando as sete instituições da Zona Oeste, e colocando à disposição da Comissão os nossos técnicos e os nossos projetos já desenvolvidos, principalmente desenvolvidos para a área da Zona Oeste. Não só para a Zona Oeste, mas para a cidade como um todo. Já temos vários projetos envolvidos, e as sete instituições têm todo um corpo técnico que poderia dar subsídios a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradecemos a V. S^a. Muito obrigado, mesmo.

O próximo orador inscrito é o Sr. Irenaldo Honório da Silva, Presidente da Associação de Moradores de Cordovil.

O SR. IRENALDO HONÓRIO DA SILVA – Boa tarde a todos. Sou também participante da Agenda 21, da AP3, desde o ano 2000. O trabalho que a gente desenvolveu na Agenda 21 foi um trabalho sério, digno de todos aqueles que trabalharam aquele tempo todo, como alguns representantes que estão aqui, nesse local. Foi um trabalho que nós desenvolvemos com conversas,

palestras, seminários, discutindo o problema social da cidade, não só o ambiente em si, mas o ambiente construído para o desenvolvimento sustentável da Cidade do Rio de Janeiro. Eu quero dizer, além disso, como Presidente da Associação de Moradores de uma comunidade carente, situada no bairro de Cordovil, onde tem a Cidade Alta, onde tem várias comunidades dos dois lados da linha férrea, a área da Leopoldina, a situação é séria, principalmente porque o bairro de Cordovil é esquecido por todos, apesar de ser a porta de entrada e saída do Rio de Janeiro. Quem vai para Petrópolis, Teresópolis, passa por ali e quem vai para outros estados, como São Paulo. E está completamente esquecido sem recuperação nenhuma, é entrada e saída do Rio de Janeiro, e não há um sentido de urbanização melhor naquele local, um sentido de uma visão melhor daquele local. Quem entra na Cidade do Rio de Janeiro vê o quê? Um local completamente degradado, completamente abandonado, sem nenhuma vitalidade, sem nenhuma importância para o Rio de Janeiro em si. Eu não entendo um bairro que é a porta de entrada e saída do Rio de Janeiro ficar completamente esquecido, sem estrutura de nada. De nada. Quer dizer, é cortado pela Av. Brasil, e está completamente abandonado, largado pelo Poder Público, principalmente. No Orçamento Participativo, do qual participamos, reclamamos da situação de esquecimento do Poder Público, principalmente mas não só em relação à nossa comunidade: há outras comunidades, também, que precisam de um trabalho melhor de urbanização. Porque fazem a obra do Favela Bairro em si, às vezes tiram o morador daquele local e o levam para outro local, que nem sempre tem infra-estrutura ou transporte para as pessoas virem trabalhar na cidade. Esse é um problema sério para as pessoas que moram longe do centro do Rio, pois, se a passagem for cara, eles não conseguem arranjar serviço, não há serviço para elas. As comunidades estão completamente abandonadas, largadas, só são procuradas em épocas de eleições, como as que vamos ter no ano que vem. Aí, sim, as comunidades vão ser mais uma vez procuradas por causa dos votos. As comunidades vão ser procuradas para serem currais eleitorais, principalmente. O que os políticos querem é o nosso voto, e eles vão lá só à procura de votos. Tem que ser feito um trabalho decente, um trabalho melhor no que se refere à urbanização da cidade. Eles falam da urbanização da cidade e se esquecem das comunidades que também estão dentro do Rio de Janeiro. Hoje, a parte ambiental, a parte dos morros do Rio de Janeiro estão sendo invadidos cada vez mais, lá estão sendo construídos barracos. Às vezes, dizem: os moradores das comunidades carentes estão subindo os morros e, muitas vezes, não, é que são os grileiros que estão vendendo terras que não são deles. Eles vendem as terras que não são deles e as pessoas, não tendo onde morar, sem condições de pagar um lugar decente para morar, compram essas terras e ficam como se

fossem invasores. Mas eles compram porque tem gente vendendo essas terras para essas pessoas desesperadas, que não sabem para onde ir, morando nas ruas. E as pessoas vendendo terras ilegalmente. A importância maior da urbanização é visar ao melhor para a Cidade do Rio: não só o Centro da Cidade, não só os bairros próximos à Cidade e da Zona Sul. A Rocinha, por exemplo. Só existe a Rocinha, só se fala na Rocinha. Vamos, hoje, fazer um trabalho de urbanização na Rocinha. Só se fala na Rocinha, e esquecem outras comunidades, como Jacarepaguá e outros locais. E por que só se fala em Rocinha? Pelos fatos que acontecem lá. Como recentemente aconteceu essa chacina em Belford Roxo, agora só se fala em Belford Roxo. Então, hoje em dia, para uma comunidade carente poder ter visibilidade, tem que acontecer uma chacina ou algo que faça lá ir o Prefeito, o Governador ou o Presidente, todo mundo lá. Quando acontece a desgraça, todo mundo aparece.

Então, acho que tem que se focar primeiramente, no que se refere à reurbanização da cidade, as comunidades, porque elas vão inchando. Cada vez mais as pessoas vão invadindo locais onde não se pode construir, onde há grileiros vendendo terras, invadindo área ambiental. As pessoas que brigam por um ambiente saudável, com o Donato, que faz um trabalho na parte da lagoa, muitas vezes ficam sendo pressionados, cada vez mais empurrados, e não se tem uma situação melhor.

Não importa somente a questão da reurbanização da área onde se vai construir, mas, principalmente, uma visão melhor e mais ampla, porque não é só o centro do Rio de Janeiro, tem as comunidades à volta que estão sofrendo as consequências. Antes, quando a alta sociedade não estava sendo atingida, estava tudo bem – e enquanto só morria pobre, estava tranquilo.

Eu só queria repetir que não existe só a Rocinha, mas também outras comunidades no Rio de Janeiro.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Como não há mais oradores inscritos, antes de ceder a palavra aos nossos palestrantes para que respondam às eventuais indagações, eu cedo a palavra ao nobre Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Bem, acho que tenho que responder à intervenção da cidadã, pois uma cobrança me foi feita.

Vejam bem, somos o Poder Legislativo e temos, na Cidade do Rio de Janeiro, a mesma importância que o Poder Executivo. Isso tem de ficar muito claro para as pessoas.

Esta Comissão foi criada e tem se reunido há muito tempo, e tem definido toda a pauta das discussões que deverão acontecer neste seminário – algumas já aconteceram, e outras estão para

acontecer. Sempre foi discutido, e é decisão unânime desta Comissão que em todas as mesas deve haver uma representação do Executivo.

Se nós olharmos o “folder” aqui, veremos que, na abertura dos trabalhos, já há a participação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Como é algo solene a inauguração dos trabalhos da Comissão, achamos importante privilegiar o Executivo.

Quanto à questão da região metropolitana, há Secretários de Cidades da Região Metropolitana e, automaticamente, está implícita aqui a representação da Secretaria de Urbanismo. Se olharmos o dia de hoje, veremos aqui a Coordenadora do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, portanto está presente o Executivo. Se formos para a Política Habitacional, veremos a Secretaria Municipal de Habitação, logo, a presença do Executivo. Quanto ao Saneamento, Meio Ambiente Urbano, vemos a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, logo, a presença do Executivo. No que concerne à Mobilidade Urbana, Trânsito e Transporte, temos a Secretaria Municipal de Transportes. Com referência a Uso e Ocupação do Solo e Zoneamento Participativo, temos a Secretaria Municipal de Urbanismo; para Política Cultural, temos a Secretaria Municipal das Culturas; para Trabalho, Emprego e Renda, temos a Secretaria Municipal do Trabalho. Quer dizer, aqui, praticamente em todas as mesas, existe a representação, o que foi uma decisão unânime. E essa decisão se justifica pelo sentimento, dentro da Comissão, da importância da participação e do envolvimento concreto, real do Executivo em nossos trabalhos.

É lamentável o que aconteceu aqui. Mas, imaginem chamar um grupo de pessoas para ir a sua casa discutir uma determinada comemoração que se pretenda fazer, ou um determinado trabalho, havendo, de antemão, com a participação de todos, uma agenda definida a ser discutida e, no meio da reunião, entra uma pessoa dizendo que é penetra. Essa pessoa pega o microfone, diz como aquela organização deve acontecer, e vai embora. Quer dizer, fala coisas que não correspondem à verdade, diz que nunca foi convidado! São coisas que não devem acontecer!

O Legislativo e o Executivo são, digamos, os governantes da cidade. Isso tem que ficar muito claro! O Governo da Cidade é exercido tanto pelo Legislativo quando pelo Executivo. Buscasse, o tempo todo, que a relação entre Executivo e Legislativo seja a mais civilizada e a mais fraterna possível. Quem ganha com isso somos todos nós, é a cidade, o Executivo, o Legislativo, a população, os moradores da cidade.

Este Seminário, a revisão, está acontecendo por iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, porque o que era de responsabilidade do Executivo, infelizmente, não foi feito. Essa é a verdade! O que foi mandado para cá pelo Executivo era um negócio tão deplorável que o Ministério Público, ao ser provocado,

recomendou a esta Casa que devolvesse ao Executivo a Mensagem que tratava da revisão do Plano Diretor.

Desde 2001 há um projeto meu nesta Casa criando um regulamento especial para a tramitação da revisão do Plano Diretor. Se isso não aconteceu, se não foi aprovado, não foi por culpa nossa; também os Projetos de Reestruturação Urbana; os PEUs, que estão nesta Casa, não foram aprovados não por culpa nossa. Quem detém a maioria nesta Casa é o governo, que tem uma base de sustentação política aqui dentro. Qualquer coisa que o Executivo queira fazer, faz! É o que tem acontecido! Sou Vereador desde 1987!

Era isso que gostaria de deixar claro. O incidente não foi agradável, mas não podemos deixar sem resposta determinadas atitudes que deslustram o cargo ocupado por determinadas pessoas. De minha parte não há o que desculpar! Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para as considerações finais e para responder às indagações que entenda cabíveis, cedo a palavra ao Dr. Adauto Lúcio Cardoso.

O SR. ADAUTO LÚCIO CARDOSO – Vou tentar ser breve. Estou meio pessimista, estou ficando cada vez mais pessimista! Minhas utopias estão cada vez mais distantes, e o que não era utopia está virando utopia. A coisa está complicando bastante.

Vou retomar uma coisa que falei *em passant*: preocupa-me, no Rio de Janeiro, a degradação da instituição da República, naquilo que entendo ser o conjunto das instituições, da legislação, dos procedimentos que definem determinadas políticas como políticas de estado e não como políticas de governo. Eu acho que isso precisa ser diferenciado.

O drama político atual dessa competição desenfreada pelo poder, que se instaurou no nosso estado, particularmente, e no país em geral, é que a disputa política está atravessando os princípios da República, o princípio do respeito entre os poderes, o princípio do respeito a determinadas instituições, determinados programas e determinadas políticas que estão definidas nas nossas leis maiores, num plano institucional, e que deveriam ser respeitados, independentemente das posições de governo. Essa é a posição republicana.

Eu acho que isso está sendo ameaçado de várias formas e, particularmente, no que diz respeito ao planejamento, ao Plano Diretor, à Agenda 21 e aos planos em geral, isso me parece particularmente complicado. Por quê? A Constituição Federal estabeleceu um conjunto de princípios com relação à função social da cidade, da propriedade, com relação ao papel do Plano Diretor; assim como estabeleceu princípios com relação à questão am-

biental, importantíssimos, também e com relação à questão da Saúde. Esses princípios, depois, foram redefinidos em leis específicas em nível federal, discutidas no Congresso Nacional; alguns casos foram trazidos para as legislações mais importantes no nível estadual, para a Constituição Estadual; depois, para a Lei Orgânica Municipal; depois, para o Plano Diretor. Foi um conjunto de leis, e essas leis não são leis de planos de governo – essas leis são leis maiores. Essas políticas, como a política de saúde, a política urbana, a política habitacional, são maiores do que as ações de governo; elas refletem pactos sociais estabelecidos num determinado momento e consubstanciados em leis e constituições. Isso não tem o menor valor hoje em dia. Preocupa-me, na discussão que foi trazida – que achei extremamente interessante –, sobre a Agenda 21 e o planejamento estratégico, do nível de mobilização popular que foi alcançado. Preocupa-me... “Vamos mobilizar essas pessoas”. Isso, a gente sabe, é um processo difícil, pois as pessoas dispõem do seu tempo, vão para lá, discutem as suas questões, investem naquilo, e partem – como a Ana Batista estava falando –, muitas vezes, em uma situação de absoluta descrença no Poder Público. Acreditam naquele processo, investem seu tempo naquilo, crescem com aquilo, politicamente, fazem as suas propostas e as suas propostas vão para os documentos. E depois? Qual é o compromisso com o planejamento? Vamos deflagrar um processo de participação popular com relação ao Plano Diretor. Se ele for efetivamente participativo, porque eu duvido que em seis meses ele consiga ter tanta participação assim. Seis meses é muito pouco tempo. Vamos ser claros! É o prazo assumido pelo Secretário de Urbanismo, mas, mesmo que consigamos fazer um esforço de mobilização, e depois? Vamos estar apresentando um Plano Diretor em um momento particular, por um governo que, até agora, não muito claramente encampou essa proposta. Nós temos uma Lei Federal, que é o Estatuto da Cidade, que estabelece um conjunto de princípios e diretrizes que devem ser seguidos por todas as administrações municipais. E o Prefeito já disse que não vai cumprir o Estatuto da Cidade. Isso não é uma questão de governo, isso é uma questão de estado; isso é uma questão de interesse público, isso é uma questão que remete à questão republicana, a pactos maiores, que tem a ver com o interesse público. Eu acho que a fala da Ana foi brilhante nesse sentido. Precisamos recuperar o espaço público. Precisamos recuperar a importância do interesse público sobre os interesses privados, sobre os conflitos individuais e sobre os conflitos políticos, para podermos ter um diálogo em nome de uma coisa muito maior, que é a nossa cidade, a nossa população.

E, olhem, a cidade está esmagada. Se não houver um mínimo desse compromisso, para além dos interesses imediatos, não vamos adiante, vamos fazer um Plano Diretor novo e vai ficar a

mesma coisa. Não vai mudar nada se não houver um espírito republicano, princípio de universalidade, de eficácia, de competência administrativa. Infelizmente, o que a gente vem verificando, ao longo dos últimos anos, é uma degradação da função de planejamento na Cidade do Rio de Janeiro de uma forma genérica. Certamente elas não falaram aqui, mas poderiam ter falado enormemente sobre as dificuldades de desenvolver o trabalho que foi desenvolvido com pouquíssimos recursos, equipes pequenas, sem apoio políticos, sem apoio institucional. A gente sabe que é assim que acontece. Isso, para mim, é um nó, e não adiante chegar num Plano Diretor belíssimo, cheio de proposições que vão ficar, mais uma vez, no papel. E não é porque ele é complexo, não, é porque a legislação é inadequada. A legislação até pode ser inadequada, o Plano Diretor pode ser corrigido, mas o problema central não é esse: não existe compromisso público com relação à implementação de políticas que são políticas de estado e não políticas de governo. Com relação ao Plano Diretor e à Agenda 21, acho que se tem de respeitar as diferenças. A Agenda 21 tem uma pauta própria, que não se resume à pauta do Plano Diretor; obviamente, o Plano Diretor vai ser uma lei, e, enquanto lei, a Agenda 21 não pode estar em contradição com os princípios do Plano Diretor. O que se deve buscar, na verdade, é uma integração, uma cooperação entre esses dois instrumentos. Mas a Agenda 21 tem uma pauta que lhe é específica, e, nesse sentido, a gente tem que ter cuidado para ver como se articulam esses diferentes instrumentos de planejamento, assim como políticas setoriais, habitação têm pautas específicas. Há uma interseção forte da política habitacional, da política ambiental, da política fundiária dentro do Plano Diretor. E, recuperando a fala do companheiro Hirealdo, se não se resolver de uma forma mais tranqüila a questão habitacional no Rio de Janeiro não se vai resolver o problema ambiental nunca. O conflito de ocupação de áreas de preservação, de áreas frágeis ambientalmente é enorme, e não adiante só urbanizar favela. Urbanizar favela é uma das ações na área da política habitacional, mas é preciso uma política de provisão de novas oportunidades habitacionais. E o Plano Diretor pode ter um papel central nisso através da política fundiária, pode baratear o custo da terra, pode criar mecanismos de acessibilidade à terra urbana através dos instrumentos de captura das mais valias imobiliárias. Quer dizer, a gente sabe da distorção que é o processo de valorização imobiliária: a terra se valoriza sem “um pinga” de investimento do proprietário. É um processo absolutamente espúrio do ponto de vista de qualquer economista, até do mais conservador que se possa imaginar. Do ponto de vista da economia neoclássica, o processo de valorização fundiária é entendido como um processo espúrio, como um processo basicamente especulativo, fundamentalmente especulativo. Se não houver um instrumento para corrigir essa especula-

ção, para garantir uma redução do preço da terra, de captura de mais valia para que esses recursos possam financiar o investimento público, mais área de moradia de baixa renda, equalizando as condições de vida na cidade, a questão habitacional, por mais que você tenha financiamento e programas de investimento em habitação e novas oportunidades, terá distorções. Na época do BNH tinha financiamento barato e o preço da terra subia permanentemente. Por quê? Os investimentos e os financiamentos eram apropriados pelo processo de valorização fundiária. Um dos problemas do BNH para atingir as demandas de baixa renda era enfrentar continuamente um preço da terra que só se elevava, porque o preço da terra funciona ao contrário da dinâmica do mercado. Ele não tem “quando você aumenta a oferta, cai o preço”. A contrário, quanto mais se aumenta a oferta, mais aumenta o preço. Essa é a dinâmica do mercado fundiário, porque é um mercado especulativo, essencialmente. E o Plano Diretor tem os instrumentos para atuar nessa direção – e sem os instrumentos do Plano Diretor, é muito difícil atuar com políticas setoriais. A oportunidade é enorme para se poder dar consistência à política habitacional, à política de investimento de infra-estrutura e à política ambiental. Acho que esse papel relevante do Plano Diretor tem que ser resgatado. Ele está no Estatuto da Cidade, que é uma lei maior, que precisa ser colocada em prática e que precisa ser cumprida.

Um último comentário. Acho interessantíssima a possibilidade de poder incorporar esses diagnósticos produzidos nesses processos amplos de participação, que têm dinâmicas, que geraram propostas, geraram bancos de dados, geraram projetos, mas não se deve esquecer que existem questões gerais da cidade que não se resumem à soma de diagnósticos parciais. Existem coisas que têm que ser enfocadas globalmente. A cidade tem que ser pensada na sua totalidade, nas suas relações dinâmicas, e isso a gente não consegue simplesmente a partir de uma leitura regional. A leitura regional é importante, é a leitura que permite a maior participação direta da população, porque os problemas são os que estão mais próximos do cotidiano dessa população, mas existem outros problemas que precisam ter, também, fóruns para a sua discussão, e precisam ter estudos técnicos específicos, para que a gente possa discutir isso com mais clareza.

Eu espero que esses estudos técnicos sejam divulgados pela Prefeitura antes da proposta, para que a gente possa saber qual o diagnóstico que fundamenta a proposta. Fica muito difícil saber por que tal diretriz é tomada sem a gente saber qual a doença que aquele remédio está querendo curar. Precisamos conhecer a doença antes de conhecer os remédios.

Nesse sentido, o Plano Diretor do Rio de Janeiro, lá na década de 90, discutiu o seu diagnóstico antes de discutir suas propostas. E esse é o procedimento correto de qualquer metodologia de

planejamento participativo, democrático – e qualquer procedimento técnico, mesmo não participativo, qualquer procedimento técnico parte de um diagnóstico. É importante que a gente não atropele mais uma vez esses procedimentos e que tenha espaço, sim, para discutir. Porque o diagnóstico não é uma peça técnica que está dada e que é científico e que não se discute. Existem visões diferenciadas sobre o que é prioridade a partir de determinadas leituras da cidade, por isso esse diagnóstico tem que ser discutido, sim, politicamente. Tem que ser discutido com a população em função dos vários interesses que estão envolvidos na cidade, permitindo evidenciar os conflitos, onde eles estão, conflitos reais de interesses, para que eles possam ser negociados. Isso evita, também, que a gente coloque conflito onde não tem, o que também é uma prática. E essa prática, acho que a gente precisa superar em nome da cidade, em nome da República, em nome, enfim, de construir um Plano Diretor, construir um processo de planejamento de Estado, em nome do interesse público, e não em nome de interesses políticos ou privatistas – que a gente sabe que eles também têm um poder enorme na definição, afinal, do que vão ser as políticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Com a palavra, a Sra. Ana Batista.

A SRA. ANA BATISTA – Eu vou ser breve, Professor Adalto, mas adorei você não ter sido breve, porque, de alguma maneira, acho que você fez uma síntese muito interessante do que foi este debate aqui.

A única diferença é que eu não estou pessimista. Eu acho que qualquer processo de construção democrática, qualquer processo de exercício da pluralidade, do diálogo, das parcerias, da corresponsabilidade, é um desafio permanente e cotidiano.

Nós não podemos entender o que ocorreu aqui, ou essas partes que não dialogam ou essas partes partidas e separadas que a gente vive do ponto de vista social, do ponto de vista político da cidade, sem compreender a nossa cultura política. Hoje, o que está colocado para nós – eu acho que esse é que é o grande desafio – é uma mudança de cultura política. Nós temos uma cultura política de compartimentação, nós temos a cultura política das hegemônias. É essa a nossa história, ou a nossa história de construção democrática, a história dos partidos de esquerda – é essa a nossa cultura. A civilização está incipiente na construção da pluralidade, e, no Brasil, nós temos características marcantes de um sistema colonial, patrimonial, hierarquizado, autoritário, excludente. Como vamos nos colocar diante dessas dificuldades nos afastando delas? O desafio é praticá-las, é saber quebrar esse paradigma que nós sabemos que está falido de todas as formas. Es-

tá falido o não diálogo, está falida a cidade partida, está falida a falta de interlocução entre a cidade formal e a informal, está falido o nosso discurso, está falida a nossa fala, porque a matriz é autoritária, e é excludente.

Então, acho que podemos exercer esse desafio, isso só nos traz efetividade. O fato de nós compreendermos que existem utopias e que nós estamos aqui realizando um passo-a-passo, de sabermos que ou a Agenda 21 age de forma cooperativa, ou ela fica no seu canto, no seu gueto. Dialogam aqueles que reconhecem aquelas premissas, que reconhecem os conceitos da sustentabilidade, porque estudaram na academia, porque fizeram um mestrado em história política, como eu, ou porque viveram uma prática experimental positiva numa determinada comunidade, ou através de um projeto numa universidade, e nós dialogamos entre nós. Ou não percebemos que o Estatuto da Cidade é fruto desse processo de conquistas, é fruto de uma ampla luta pela reforma urbana. E é claro que não deu tempo de eu falar tudo – é um tempo pequeno para tanta realização -, mas isso foi lembrado aqui pela Maria Lúcia.

E eu acho, Valéria, que o nosso desafio é justamente conseguir integrar esses diferentes processos, é conseguir integrar esses diferentes poderes: o Poder do Executivo, o Poder do Legislativo, o Poder do exercício da cidadania, que podem alterar essa ordem vigente. Esses interesses privados podem ser superados por uma lógica pública, e aí, sim, nós vamos ter capacidade de assumir o lado inteligente desta cidade, de trazer à tona o que é esse pólo de ciência e tecnologia que representamos, o que foi toda a história política que retratou tanto a nossa cidade como um pólo do pensamento, como um pólo da criatividade, como um pólo pluralidade. Porque que temos que abafar esse lado da inteligência e deixar prevalecer a lógica do inimigo, a lógica de que não há possibilidade do diálogo? Eu, sinceramente, acho que esse é o nosso desafio. Não existe compreensão de coresponsabilidade, não vai existir nenhuma pauta comum se não compreendermos, inclusive, o Plano Diretor. É essa possibilidade, ele incentiva isso, e a Câmara está cumprindo o seu papel. E, mal ou bem, o Executivo está vindo aqui: o Alfredo Sirkis vem, do jeito dele, trapalhão, tudo bem, mas veio, veio e dialogou com a gente. Então, talvez a gente reconheça o nosso limite, as nossas dificuldades. Não é fácil para mim também, como o Hélio me questionou aqui, e de alguma maneira questionou a Cecília, sobre o empenho e o esforço que não era de nossa responsabilidade – nós apenas estávamos no papel de coordenação de um processo que foi feito por muitas mãos: o ISER, o IBAM, o I-BASE, quantas ONGs se empenharam e foram protagonistas desse processo. O papel do Governo foi, inclusive, em alguns momentos, secundário no sentido da primeira etapa do trabalho da Agenda 21. E é bom que ele tenha assumido, em algumas e-

tapas, nas administrações passadas, o seu papel, porque nós não teríamos a mínima infra-estrutura para conduzir um processo, que envolveu comitês formadas através de cursos de capacitação para mais de 380 lideranças, que foram identificadas através de um cadastro de parceiros, feito em parceria com o ISER, e que está disponível hoje na Secretaria Executiva da Agenda 21. Essa pauta que orientou esses projetos foi trabalhada, também, numa consulta a 1500 pessoas pelas áreas de planejamento, também dentro desse projeto de fortalecimento institucional. E essa metodologia não saiu da cabeça de nenhum iluminado, ela foi referenciada numa metodologia do Iclei, que foi apresentado nas Nações Unidas, e que nós modificamos, de uma forma intensa, porque não concordávamos com receitas prontas.

Então, é um longo processo. Várias pessoas aqui falaram, o próprio Irenaldo, e eu estava comentando com o professor Adauto e com a Cecília, como, no início desse processo, nós fomos questionados. Fomos questionados sobre a metodologia da Agenda 21, e não eram as pessoas somente, há falta de credibilidade na possibilidade dessas interlocuções, falta de confiança naqueles que estavam se colocando como interlocutores, ou apontando um caminho de possível interlocução.

Então, eu queria concluir dizendo que, talvez, quem tenha passado por algumas experiências de tentar fazer um planejamento participativo numa cidade de seis milhões de habitante, absolutamente complexa do ponto de vista geográfico, político, pense de outra maneira, mas eu não consigo ser pessimista, e fico muito feliz em não ser. Acho que esta Câmara passou por um período terrível, e o Vereador Eliomar Coelho – nós nos conhecemos há tanto tempo – melhor do que ninguém pode dizer isso, hoje está abrindo suas portas para o diálogo político, com muitas dificuldades. Claro que sim! E não vai ser fácil daqui para frente.

Só concluindo, eu acho que a questão das metodologias é outro grande desafio. Como vamos compor? Porque o trabalho da Agenda 21 não é um trabalho que saiu da cabeça de iluminados, é um trabalho que está sendo orientado, discutido. Houve a Agenda 21 Brasileira, com a consulta a mais de 20 mil pessoas, e continua hoje, como a prioridade do Governo Federal, do Governo Lula, entrando toda aquela Agenda para o Plano Plurianual. É uma orientação, inclusive, dessa articulação com o Ministério das Cidades, mas numa visão de cooperação. Isso o Professor Adauto já deixou muito claro: a visão não é da competitividade, não é da superposição de programas, e sim de como você cria essa interlocução, como você cria uma Agenda ampla e global para essa ação local, e como você cria uma Agenda ampla e global diante de várias Agendas.

Então, você tem o processo da reforma, tem o Estatuto da Cidade, tem a Agenda 21, tem o Fórum de Reforma Urbana, tem o

Fórum 21, e hoje nós queremos aproveitar este momento para que isso nos ajude neste processo: revigorar o Fórum, fazer a próxima convenção do Fórum, para que esses projetos possam se constituir como projetos de leis aqui na Câmara, para que haja orçamento, para que essa integração com o Plano Estratégico possa ser revigorada.

Então, as coisas não são fáceis. Não são fáceis porque estamos no canto, cada um falando com o próprio umbigo. Eu digo isso aqui porque tive um sofrimento pessoal nesse processo, e quero compartilhar com vocês. A rede é uma rede de voluntários. Foi capacitada, sim, de forma muito insuficiente, porque os nossos orçamentos sempre foram mínimos diante das necessidades. As nossas equipes técnicas foram volúveis. Temos, hoje, aqui, a Ísis e a Patrícia, que foi subsecretária de Trabalho; a própria Cecília, com quem compartilhamos as nossas dificuldades o tempo todo. Agora, qual foi a grande coisa? A nossa capacidade de superar obstáculos, de parar de estar numa posição de reclamante, de menoridade. Porque somos uma menoridade política, uma menoridade, como o Kant disse. Eu quero saber quando vamos assumir a nossa maioridade, e ela só se assume quando adquirimos uma fala, uma fala própria, adquirimos o papel de sujeito político, que revigora o processo. Então, eu queria compartilhar isso com vocês. Não é um otimismo eufórico, muito pelo contrário, ele tem um grande sofrimento, porque os projetos estão no papel. Agora, o processo não está morto.

Então, acho que é isso que me faz, ainda, ter energia para chegar aqui e compartilhar não só as coisas boas, mas as coisas que hoje se constituem numa pauta de dificuldades. Eu acho que é esse enfrentamento, esse diálogo que vai favorecer uma outra postura, que tem que ser de salvação desta cidade. Salvação, restaurar o público. Nós temos que reconstituir – é o renascimento da Cidade do Rio de Janeiro como uma Cidade Maravilhosa, como uma cidade do diálogo.

Obrigada.

(PALMAS)

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Eliomar Coelho, Membro da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Para considerações finais, passo a palavra à Sra. Cecília Castro, Coordenadora do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

A SRA. CECÍLIA CASTRO – Muito obrigada. Eu gostaria de não deixar de fora as perguntas que me foram feitas. Primeiro, a Maria Lúcia falou da questão da percepção. Na verdade, os dados de percepção e os dados oficiais foram utilizados para a ela-

boração do diagnóstico de cada região. E durante o processo do Plano Estratégico é que foi construído um processo de consciência das pessoas, do pertencimento à região, do reconhecimento, da volta à sua história, enfim, foi a partir desses dados que conseguimos construir esse processo de participação.

Também foi comentada a questão por uma outra pessoa – desculpem-me, porque não consegui anotar todos os nomes -, sobre a capacitação, o que a Sra. Ana Batista acabou de falar, também, e quais as diretrizes apontadas, e o que aconteceu.

Esse processo de capacitação, na verdade, foi construído durante a elaboração do Plano. Acho que as pessoas não sabiam o que era aquilo. Aquilo foi construído aos poucos, e as pessoas foram se envolvendo. Tenho várias aqui e, aos poucos, vou até mencioná-las.

As diretrizes são muitas, e acho que não nos caberia comentá-las agora. Estou disposta a vir aqui qualquer dia para apresentar algumas das diretrizes que foram apontadas. No que tange ao que aconteceu, estamos, justamente, no processo de impulsão das propostas e na fase da construção do monitoramento; quer dizer, estamos levantando tudo o que aconteceu, o que não aconteceu, e podemos trazer isso num outro momento específico.

Eu queria agradecer as propostas que a Jaqueline fez para o Plano Diretor, e que, certamente, vão ser aproveitadas também para o Plano Estratégico. Quero parabenizá-la.

Agradeço à Valéria, que teceu comentários sobre a questão da construção desse processo.

Parabenizo a Câmara Municipal, que formou esta Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor. Aqui estão todos os nossos Vereadores que lutam pela nossa cidade. Da mesma forma, o Poder Executivo construiu a Comissão Interna do Plano Diretor. Acho que é assim que se começa, com uma comissão aqui, outra lá. Essas comissões se reúnem com os cidadãos, para construirmos essa agenda de participação, o Compur que obviamente, tem de ser constituído dentro do Executivo, sendo aberto para a população.

Então, acho que este é o começo de uma história de participação. Indo um pouquinho de encontro ao nosso Adatao, também estou na posição da Sra. Ana de otimismo.

Eu queria falar um pouco da oportunidade, também. Acho que tanto a Agenda 21 quanto o Plano Estratégico conseguiram, nesses últimos anos, construir alguma coisa, botar alguma coisa no papel. Esse papel – tenho certeza de que a Ana Batista vai concordar comigo – é apenas a consolidação de uma etapa, mas, na verdade, é o início do processo, e não queremos que esse processo termine aqui. Na verdade, ele está começando aqui, e sua parte mais importante é justamente a de impulsão e monitoramento. Aí vamos sentir, realmente, como a população vai participar, como vamos construir essa agenda com sociedade. E digo que é

uma oportunidade, porque o Plano Diretor vai começar nessa etapa de rediscussão, sendo praticamente, a conclusão de uma parte do diagnóstico.

Espero que este nosso trabalho seja aproveitado, e vocês podem contar conosco – tenho certeza de que vamos poder trabalhar juntos. Por isso, acho que é uma oportunidade, um momento de otimismo, e temos de fazer esta reconstrução. Posso dizer isso porque estou na Prefeitura desde 1981. Participei da Lei Orgânica, do primeiro Plano Diretor, tendo sido coordenadora de uma subcomissão de desenvolvimento econômico dentro do Plano Diretor. Então conhecemos muito esse projeto e estamos sempre preocupados com essas questões, que também não aconteceram.

Acho que estamos aqui para contribuir. Eu queria, então, parabenizar todos os presentes. Aqui estão duas pessoas que participaram intensamente do processo do Plano Estratégico, da Agenda 21, do Orçamento Participativo: o Célio, do Ciezo, que é uma entidade que tem colaborado imensamente conosco, constituída por sete universidades da Zona Oeste, em que os trabalhos têm sido maravilhosos – ontem mesmo, tivemos uma reunião com ele -; e o Irinaldo, de Cordovil, que também é representante de um dos membros desse processo todo do Plano Estratégico, tendo estado o tempo todo conosco. Se as pessoas dedicam o seu tempo, saem das suas atividades, só podemos agradecer e parabenizá-las por isso.

Mais uma vez, parabenizo esta Casa, agradecendo a hospitalidade.

Gente, vamos para frente porque vamos construir uma coisa legal.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Vou passar a palavra agora, para suas considerações, à nobre Vereadora Aspásia Camargo.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Bem, acho que, curiosamente, primeiro temos de agradecer muito aos palestrantes, conferencistas e dizer que não temos dúvidas de que este processo que estamos iniciando aqui... A Câmara de Vereadores, pela primeira vez na história deste país, teve um papel de protagonistas na provocação de um processo que é tão importante para a nossa cidade. Se alguém tem dúvidas de que este processo vai continuar, de que ele vai crescer, eu não tenho. Eu não tenho dúvidas e acho que a nossa Comissão também não tem essa dúvida. Então, estamos nos preparando aqui para dar um salto de qualidade nesta discussão.

Acho que o Brasil precisa deste exemplo do Rio de Janeiro, que é uma cidade complexa, uma cidade castigada, uma cidade

cheia de problemas, mas que é uma cidade valorosa, uma cidade que tem uma tradição, que tem um passado e que terá certamente um futuro.

Então, acho que temos de nos preparar para dar uma resposta diferenciada, uma resposta mais profunda. E reputo esta reunião de hoje como uma reunião extremamente importante, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do ponto de vista prático. Do ponto de vista conceitual, estamos tentando fazer convergir processos que têm coisas em comum, mas que também têm as suas diferenças. Isso foi lembrado aqui por algumas pessoas. Não podemos dizer que este processo se superpõe inteiramente, mas há um ponto comum que precisa ser consolidado. E acho que na nossa reunião de hoje conseguimos avançar bastante, mas eu, pessoalmente, considero que esse processo não se fechou. O que é exatamente um Plano Estratégico, o que é exatamente uma Agenda 21, o que é exatamente um Plano Diretor? É lógico que as diretrizes têm de convergir, pois são em boa parte comuns, mas os instrumentos, a técnica dessas coisas tem as suas particularidades.

Então, eu gostaria, pessoalmente – não sei se o Vereador Eliomar Coelho concordaria comigo -, de ter talvez até uma nota técnica mais consolidada das três visões, para que possamos, realmente dar esse salto de qualidade, até porque os três foram participativos e têm rebatimentos práticos muito importantes.

Agora, o segundo ponto é que, curiosamente, o representante masculino do debate foi pessimista, e as mulheres sofredoras, que não conseguiram fazer, fechar o seu processo, porque investiram uma barbaridade nisso, estão frustradas pelo orçamento, pelo planejamento. Estamos aqui para defendê-las, pois essas mulheres loucas são otimistas.

Então, é uma particularidade das mulheres. Não sei por que essas processos incompletos, pactos incompletos, práticas interrompidas, consensos pactuados mas sem recursos, diálogos frustrados pela disputa política, tudo isso é parte de um universo contra o qual as mulheres estão se rebelando, acho que os homens também. Não sei por que temos esta vocação para Madre Joana dos Anjos ou Madre Teresa de Calcutá. Que Deus nos proteja e a esta Câmara também, para que possamos levar o processo adiante.

Mas eu gostaria de dizer que não posso deixar de dar razão ao prof. Aduino sob muitos aspectos. E acho que nesse ponto a ingenuidade feminina não resolve o problema. Precisamos um pouco da instrumentalidade e da agressividade masculina para dar uma virada, porque as mulheres sozinhas não conseguem. Precisamos do “yin” e do “yang”, para poder tocar este Plano Diretor.

Realmente, é triste, é triste. Estou dando este curso para os meus alunos na UERJ: vamos republicanizar a República. É Ruy

Barbosa, minha gente, é Ruy Barbosa. Estamos no mesmo ponto que Ruy Barbosa. A República não está funcionando direito, a política está degradada, e o processo político não merece crédito da sociedade organizada nem da sociedade desorganizada.

Então, acho que nós, Vereadores, temos de encarar este resgate. Temos de ter coragem, medo, também, porque é ameaçador este processo de tentar mudar, de tentar transformar uma Câmara num poder local, realmente libertário do século XXI, de tentar transformar a sociedade de simples pedinte em interlocutor qualificado, que traz informações, que traz sabedoria.

Então, é isso que estamos fazendo. Nesse sentido, nossa reunião de hoje foi muito bem-sucedida, porque sentimos todos que o processo é consistente e que temos muito pela frente. Temos de trabalhar realmente os temáticos, temos de trabalhar sustentabilidade. Como, por exemplo, não encararmos o problema da energia renovável numa cidade como o Rio de Janeiro? Como não encararmos a redução do lixo numa cidade como o Rio de Janeiro, que produz um lixo exacerbado? Como não começarmos a discutir seriamente os padrões de consumo da nossa sociedade perdulária? Como não discutirmos o problema da moradia popular? Como não ouvirmos o grito de alerta e o pedido de socorro de Cordovil, já que todo mundo passa por lá e ninguém vê? Tantos recantos desta cidade, tantos bairros populares, mas abandonados, decadentes, podendo reviver se este plano realmente conseguir funcionar. Para isso, acho que a estratégia é importante, que a visão não apenas funcional ou espacial do problema é importante, mas também essa visão da recuperação, da regeneração da nossa cidade, que é uma cidade que está vivendo um problema institucional gravíssimo. Vocês sabem que estou nesta frente de luta. Não é fácil, mas é uma frente generosa, suprapartidária. Conseguimos fazer todos os poderes saírem da toca – o Prefeito, a Governadora – para encarar o fato de que esta cidade é uma cidade sem dono, uma cidade onde todos brigam e ninguém coopera. É uma cidade onde não há governança, porque as decisões não são assumidas. Há gente demais e decisão de menos no nosso pedaço.

Eu terminaria dizendo que acho que o Prof. Adauto mais uma vez tem toda a razão, assim como o Vereador Eliomar Coelho, que tem tido esse papel de luta pelo planejamento. Esse planejamento está morto em todos os níveis da nossa federação. É triste ver como o governo federal funciona fazendo belos planos, agendas e tanta coisa boa, mas, na hora de ir para o papel, a Fazenda come nosso dinheiro, com a melhor das intenções, tenho certeza. Não é problema de um partido nem de um governo; é um problema estrutural que precisamos superar. Estamos há 20 anos sem dinheiro. Então, que orçamento participativo ou que processo participativo nós podemos fazer sem frustrar os nossos interlocutores? Por quê? Desde Comunidade Solidária, Agenda

21, tudo isso é, no fundo, um engodo. Porque fazemos as diretrizes, determinamos as prioridades, determinamos os instrumentos, e depois o financiamento não existe. Então, acho que temos de pensar nisso no que diz respeito ao nosso Plano Diretor. Como fazer com que as autoridades soberanas, obsoletas no seu poder majestático encarem conosco essa humildade de dividir os poucos recursos que temos, a fim de que prioridades que definimos pelo processo participativo verdadeiramente funcionem? É isso que pretendemos, não é Vereador? Tenho certeza de que vamos acabar conseguindo. Somos teimosos o suficiente para conseguir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Antes de encerrar, quero agradecer aos palestrantes e às palestrantes pelas brilhantes intervenções. Acho que foi altamente positiva a contribuição de vocês. No nosso entendimento, não adianta trabalhar esta cidade sem entender o espaço dos conflitos entre os vários interesses. E, portanto, estamos perseguindo ouvi-los todos, sem exceção.

Agradeço à Prof. Aspásia Camargo e aos Vereadores que aqui estiveram. Principalmente, agradeço felicíssimo a participação de todos vocês. Esperamos novamente o encontro na próxima quarta-feira.

Muito obrigado.

Está encerrado o Seminário.

(Encerra-se o Seminário às treze horas e vinte e cinco minutos)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Leandro Gomes Coutinho, Ana Lucia N. Praganal (Arquiteta Caixa), Iggy Wanderley (AMA-Outeiro), Bergson do Nascimento Ferreira, Marcelo Gomes Jacinto (Cipro), Regina Chiaradia (AMAB/FAM-Rio), Bruno Alegria Marques (Arquiteta e Urbanista), Gloria Lucia S. Sardinha (Arquiteta e Urbanista), Maria Augusta Ferreira Miguel, Andréa Oliveira da Rosa (Arquiteta), Olivio Bomo (Ação da Cidadania), Priscila de Souza Mauro (aluna de Arquitetura PUC-Rio), Patrícia Guedes (aluna Arquitetura PUC-Rio), Reginaldo de Sá, José Victor Grinsztein, Nina Maria de Carvalho Elias Rable, Paulo Benho, Ricardo A. Gualberto, Aline Amaral dos Reis (SMU), Isabela Leone Berberick (Arquitetura e Urbanismo - PUC-Rio), Miguel Sainfyves (PUC-Rio), Mariana Abdala F. de Sá (PUC-Rio Arquitetura e Urbanismo), Amanda Sant'Anna de Miranda (PUC-Rio Arquitetura e Urbanismo), Cecilia Costa Teixeira (PUC-Rio Arquitetura e Urbanismo), Tatiana Ribeiro de Oliveira (PUC-Rio Arquitetura e Ur-

banismo), Barbara Martins (PUC-Rio Graduação Arquitetura e Urbanismo), Isabela Hanna (Graduação Arquitetura PUC-Rio), Virginia Murad (Gab. Vereador Eliomar Coelho), Anibal M. Silveira (Economista), Rosirene de Souza Carneiro, Helena Galiza (Caixa Econômica Federal), Carlos Alberto Bezerra (Associação Asa Branca), Marcelo Soares dos Santos (SOS Floresta da Pedra Branca), Jacqueline Guerreiro (NEAD/Comitê do Fórum 21 - Área Planejamento 4), Maria da Lourdes P.M. Costa (ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arq. e Urbanismo), Germando Thomé de Oliveira (Conselho de Moradores Loteamento), Gilberto de Azevedo Portella (Arquiteto Prefeitura Municipal de Mesquita), Élide Maria Almendros (Agenda 21 Ilha de Paquetá), Maria de Oliveira Almendros (Agenda 21 Ilha de Paquetá), Claudia Trancoso dos Santos (Conselho de País e Resp. dos Alunos de Paquetá), Vera Maria Alencar Gerbassi Ramos (Agenda 21 Santa Teresa), Celio Murillo Menezes da Costa (Ciezo - Simonsen), Sergio Luiz May (Grude-Grupo de Defesa Ecológica/Apedema-RJ), Pedro Teixeira Soares Neto (PCRJ -SMU), Renata de Castro Fontainha (PUC-Rio Arquitetura e Urbanismo), Marcela Marques Abla (PUC-Rio Arquitetura e Urbanismo), Laís Camaz Vinhosa (PUC-Rio Arquitetura e Urbanismo), Maria Alice Martins de Souza (Plano Estratégico - Rio), Luiz F. Taranto (Gab. Ver. Stepan Nercessian), Primavera L. S. Moura (Gab. Ver. Edson Santos), Sydnei Menezes (SMU), Carlos Moreira, José Ferreira de Oliveira Filho (CCCPL - MN-LM), Maria Lucia Navarro Maranhão (SMU), Tânia Lima D'Albuquerque e Castro, Josinete M. Pinto (Centro de Ação Comunitária - Cedac), David Cardeman (Ademi-RJ), Cristiana Micaelo (Sec. Especial de Turismo da PCRJ), Edson Paulino Camalapa (Assoc. Moradores), Rachel Faes (Gab. Vereadora Aspásia Camargo), Patricia R. Carvalho (Gab. Vereadora Andrea Gouvêa Vieira), Magno Nunes da Silva (Conselho de Moradores Loteamentos - CML-RJ), Anselmo C. Rodrigues (Membro do Instituto Pró-Povo), Liane Valle, Claudia Muricy, Ricardo Esteves (FPPD), Marcia Vera de Vasconcelos (FAM-Rio - Federação das Assoc. de Moradores do Munic. do Rio), Ana Maria Machado de Figueiredo (CBTU/ADM. Central), Maria Célia de Abreu(ONG Caátyba/Rio-Bangu - Soc. de Preservação Ambiental e Cultural - Âmbito Nacional), Juliana Freitas Salomão (Mestranda IPPUR), Laura Esteves (Sind. dos Escritores), Wilma Costa (Assoc. Moradores Praia da Bandeira - Sindsprev - FAM-Rio), Cristina Contra Nacif, Maria V. Peixoto (Grupo de Pesquisa Direito e Urbanismo nas Práticas Sociais Instituintes), Maria Luiza Tambelli (Fórum Plano Diretor e UERJ - Faculdade Serviço Social), Volner Henriques do Amaral (M.Sc. - Fundação Educacional Unificada Campograndense - FEUC - Campo Grande - Rio), Maria Lucia Salino Velloso (Ass. Moradores Praça Seca), Roseli Rainho Tavares Fontes (EM CCFREI Orlando -

Vila Militar - Deodoro), Luiz Carlos França (Gab. Ver. Eliomar Coelho), Paulo Marrayo Cesar de Carvalho (AMAL - Assoc. Mora. Laranjeiras), Valéria Barbalho (Sind. dos Engenheiros/Fórum Plano Diretor), Hélio Barris (CMLRJ - Conselho de Moradores de Loteamento), Flávio Lazaro (Gab. Ver. Aspásia Camargo), Irenaldo Honório da Silva (Presidente da A.M.F.C. - Rep. Da Agenda 21 AP 3).